

Sínodo Diocesano.

O olhar do mundo sobre a religião e a Igreja

MARIA ENGRÁCIA LEANDRO

Um pouco por toda a parte, o olhar das sociedades em relação à Igreja prevalece desde a sua fundação até aos nossos dias. Alguns olham-na com expectativa e curiosidade; outros criticando-a e até interrogando-a ou perseguindo-a; outros esperando que ela lhes ofereça pontos de referência e de orientação para a vida; outros ainda com indiferença. Isto para falarmos apenas de algumas atitudes mais correntes em relação ao olhar do mundo sobre a Igreja e até a religião.

Uma rápida perspectiva histórica sobre a relação entre a Igreja e a sociedade permitir-nos-á, de certo modo, compreender melhor esta preocupação da Igreja da Diocese de Braga pela recolha de elementos, que lhe permitam conhecer a percepção que a sociedade em que vive tem de si própria.

A partir de 318 o Imperador Constantino vai criando os alicerces de uma legislação que vai depois transformar o Cristianismo em religião de Estado no Império Romano, a partir de 391. Desde então, até ao século XVI, nas sociedades ocidentais, Igreja e sociedade constituíam duas entidades em interacção. No entanto, a partir do século XV, com o impacto das grandes viagens de descoberta de outros povos e culturas, das descobertas científicas, da racionalização do pensamento social que daí decorre, da implementação da sociedade industrial e desenvolvimento tecnológico, uma nova época se constrói e esta vem, de algum modo, abalar aquela *harmonia* entre a sociedade e a Igreja.

Com efeito, como consequência destes fenómenos, desencadeia-se um processo de secularização que cria rupturas, mais ou menos profundas, entre a sociedade e a Igreja, entre o poder civil e o poder religioso. Doravante, Igreja e sociedade constituem duas entidades separadas sem

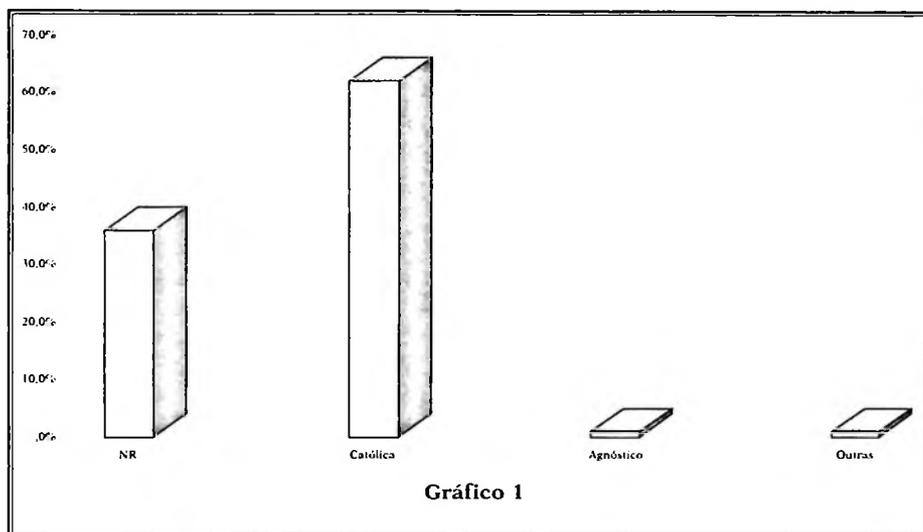
que se possa, no entanto, dizer que deixaram totalmente de se inter-influenciar. Mas isto não nos impede também de constatar que a religião cristã católica, tendo influenciado durante séculos todas as esferas da vida humana, social, política e económica, veja enfraquecida a sua posição ao longo dos últimos tempos.

Com efeito, com a racionalização do mundo, a religião é também, ela própria, objecto de pensamento e não é mais o único universo produtor de sentido e de ética. Uma ética normal feita de generosidade, de franqueza, de coragem, de solidariedade — ética que se torna em civismo logo que está em causa o bem da *cité* — é apanágio da nossa civilização. Se exceptuarmos os imoralismos sistemáticos, ainda assim a falta, a infracção à norma, quando reconhecidas, como tais, valorizam ainda mais a virtude. E a prática desta, até talvez porque frequentemente ausente, é hoje propagada tanto pela Igreja como pela sociedade.

Uma outra consequência desta situação é que o sistema religioso deixa de ser, progressivamente, um movimento de massas e vai passando, paulatinamente, a um movimento de adesões, mas também do passivismo ou da indiferença. Na concepção de M. Weber (1964), esta situação inscreve-se num processo de *desencanto* do mundo, isto é, as pessoas deixam de recorrer ao sagrado para implorarem a sua protecção para os diferentes aspectos da vida... *mas recorrem sobretudo à técnica e à previsão*. Dito de outro modo, a relação com Deus faz-se através de uma relação pessoal entre o indivíduo e Deus. O recurso ao sagrado, às práticas *mágicas* é doravante mais esvaziado de sentido. O pensamento religioso que influenciava todas as esferas da vida humana e social é, pouco a pouco, substituído pela racionalização, inclusive do próprio religioso.

Um dos primeiros sintomas deste *desencanto* do mundo é o decréscimo do impacto da religião nas diversas instâncias da vida humana, social, cultural e económica e nem o designado *regresso do religioso* pode escamotear esta realidade. Ao mesmo tempo, há uma menor adesão das pessoas ao religioso enquanto civilização das práticas e da orientação do sentido para a vida. Se a busca de sentido para a existência readquire novo vigor na sociedade dos nossos dias, ela não se dirige apenas ao religioso, proposto pela Igreja, mas também a outras formas de religioso e de sagrado (E. Durkheim, 1985; D. Hervieu-Léger, 1986) e até de movimentos de cariz humanitário e social.

Em termos individuais, no passado, a religião constituía um traço fundamental da identidade individual e dos grupos de pertença. Hoje, na vida quotidiana das sociedades ocidentais, as pessoas, mesmo aderindo a um sistema religioso, não recorrem a ele como elemento de identificação social. Isto é também corroborado pelos dados recolhidos pelos inquéritos feitos na diocese de Braga, em ordem à preparação do Sínodo



Diocesano, conforme podemos verificar através dos dados do gráfico n.º 1. Verificamos que 36 % dos inquiridos nem sequer indicaram qualquer filiação religiosa.

Deste modo, a religião situa-se, hoje, mais a nível das escolhas pessoais e nem sempre compromete as pessoas em termos sociais e colectivos. Constatamos, pois, que, por exemplo, os cristãos, tal como os outros que se dizem indiferentes ou até agnósticos, se confundem com os mesmos valores do nosso tempo e nem sempre são objecto de testemunho identificador, à semelhança de outros tempos.

De qualquer modo, a religião, enquanto fenómeno social, cria nas pessoas, crentes ou não, determinadas perspectivas e expectativas e é segundo estas que, muitas vezes, ela é concebida. Daí a ideia do Secretariado do Sínodo da arquidiocese de Braga, designadamente do seu presidente D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga, Bispo Auxiliar da referida diocese, de lançar um inquérito à escala diocesana, concebido, por ele próprio, para recolher elementos que permitam repensar a religião cristã, a vida da Igreja e a sua relação com o mundo, tendo em conta o sentir e os pontos de vista das pessoas, que sobre isto se quiseram pronunciar.

A Igreja que vive na Diocese de Braga vem ao vosso encontro para convosco iniciar ou continuar uma caminhada de serviço à humanidade. Queremos servir melhor e ajudar a criar todas as condições necessárias para uma vida feliz...

Queremos ouvir. Necessitamos do seu pensar. Mesmo que não partilhe inteiramente as nossas ideias, deixe a sua opinião sabendo que a sua resposta pode mudar a Igreja tornando-a como você a quer ou pelo menos, mais útil para a humanidade¹.

Observações preliminares

A reflexão que se segue é baseada nos dados recolhidos através de dois tipos de inquérito distribuídos na diocese de Braga, na fase de preparação do Sínodo Diocesano: **Tem a Palavra**, distribuído indistintamente a toda a população e **Inquérito aos Leigos**, distribuído, designadamente, aos leigos empenhados em actividades paroquiais. Mas são, sobretudo, os elementos recolhidos pelo primeiro dos inquéritos indicados os que mais captam o olhar do mundo sobre a Igreja, tendo em conta que eles foram recolhidos junto de uma população bastante heterogénea, contrariamente, a uma população seleccionada com ligações à paróquia ou a movimentos apostólicos, não sendo de estranhar que o recurso aos dados do inquérito **Tem a Palavra** seja mais sistemático e mais frequente ao longo deste trabalho.

Convém, no entanto, informar que, tanto num caso como no outro, não se trata de uma população experimental previamente seleccionada segundo as técnicas da amostragem aleatória ou estratificada, no âmbito das Ciências Sociais. Havia outra preocupação da parte dos organizadores dos inquéritos: fazer destes um instrumento pedagógico de reflexão e de expressão colectiva, interessando, de modo geral, uma vasta população, crente ou não, no que toca ao inquérito **Tem a Palavra**. O mesmo objectivo prevalece em relação ao **Inquérito aos Leigos**, embora se tratasse, neste caso, de uma população, à partida, seleccionada em função da sua adesão religiosa e até do seu empenhamento paroquial.

Em consequência disto, a difusão dos inquéritos foi, sobretudo, assegurada através de indivíduos, grupos, paróquias, comunidades religiosas e outros movimentos de índole religiosa ou de qualquer outra natureza associativa, que aliás, num segundo tempo poderão, por retroacção, tirar partido dos resultados dos inquéritos, quer para aprofundamento da sua própria reflexão quer para transformar as linhas de acção já empreendidas.

A amplitude da informação recolhida, através das respostas a cerca de 20 000 inquiridos, no caso do **Inquérito aos Leigos** e de 8000 no caso

1. D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga, Introdução ao inquérito «Tem a Palavra», Braga, 1995.

do inquérito **Tem a palavra**, fornece elementos sobre: os aspectos mais importantes da vida, o que dá sentido à vida, as escolhas pessoais, as preocupações da vida, a participação social, as concepções sobre a religião, as expectativas em relação à Igreja e o seu papel na sociedade, as representações sobre os cristãos e a Igreja, as expectativas em relação ao Sínodo Diocesano, a situação social e religiosa da vida das paróquias, entre outros aspectos.

A complexidade destes fenómenos justificaria uma exploração sistemática dos elementos recolhidos, o que não foi possível fazer a nível de todos os inquéritos. Deste modo, os dados que servem de análise a este trabalho, anteriormente tratados², reflectem, apenas, tendências, mas não deixam de constituir um indicador importante da vida sócio-religiosa na diocese de Braga.

Estas indicações preliminares permitem precisar, à partida, os limites e o alcance deste inquérito. A primeira questão que se põe diz respeito à representatividade dos resultados. Em caso algum, se poderão extrapolar estes resultados ao conjunto da população da diocese de Braga e isto por uma dupla razão. Por um lado, em alguns casos, a população atingida é uma população alvo e circunscrita numa rede de relações que tem como ponto de partida os agentes da vida pastoral da diocese, do arciprestado, da paróquia e dos vários movimentos apostólicos ou outros de índole semelhante; por outro, não se aplicou à selecção das pessoas interrogadas as regras metodológicas que fundamentam a representatividade estatística do inquérito por sondagem.

Porém, a exigência de representação estatística não pode esconder outras aplicações de inquérito em diversas disciplinas das Ciências Sociais. Como o objectivo, neste caso, era conhecer algumas variações e relações significativas entre os fenómenos estudados, o critério de representatividade geral de uma população experimental deixou de ser prioritário, em benefício dos procedimentos de análise comparativa que visam, por um lado, identificar a vida da diocese e das respectivas paróquias e, por outro, recolher um conjunto alargado de elementos que constituirão uma base de reflexão tanto ao longo do período antecedente de preparação como, aquando da realização do quadragésimo Sínodo na arquidiocese de Braga.

-
2. O tratamento dos inquéritos, 525 no caso do **Inquérito Tem a palavra** e 1568 no caso do **Inquérito aos Leigos**, foi feito pela Dra Luísa da Assunção Monteiro Duarte e pelo Dr. Carlos Alberto Marques de Oliveira, cujos resultados foram apresentados, por eles, no âmbito da conferência que subjaz a este trabalho. Assim, todos os quadros e gráficos apresentados ao longo deste trabalho são da sua autoria. A eles exprimimos o nosso profundo reconhecimento por toda a colaboração prestada.

Convém, por isso, insistir na ideia de que a informação recolhida, de que apenas uma parte foi tratada, em caso algum pode ser extrapolada. Mas, em contrapartida, as condições do inquérito prestam-se de modo particular a um exame comparativo das respostas obtidas. Deste modo após terem sido recebidos os inquéritos, procedeu-se a uma tiragem aleatória tanto no que se refere ao inquérito **Tem a Palavra** como ao **Inquérito aos Leigos**.

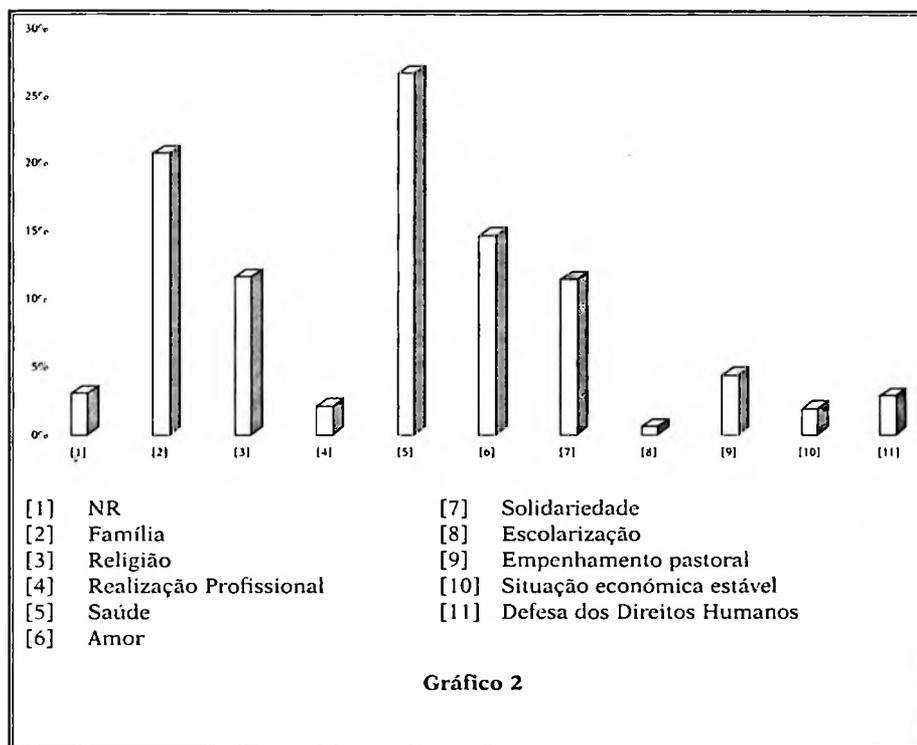
Aspectos mais importantes da vida

A importância da saúde

Os dados fornecidos pelo gráfico n.º 2 indicam-nos que os aspectos mais importantes da vida, para a população, aqui estudada, articulam-se em torno de três eixos fundamentais: a existência humana, as crenças e os valores. Para 27 % dos indivíduos em análise a saúde aparece como algo essencial da vida. Tendo em conta as características desta amostragem, 60,2 % de mulheres e 39,8 % de homens, podemos dizer que a saúde é duma importância primordial para a vida das pessoas tanto para as mulheres como para os homens: 66,5 % e 33,5 % respectivamente. Aliás, convém advertir desde já, que a problemática da saúde e da solidariedade são recorrentes nos dois tipos de inquérito e em diversas questões.

No que se refere à idade destes indivíduos, cerca de 1/3 situam-se nos escalões etários com 50 e mais anos. Ora, esta preocupação inscreve-se num dado real: o desgaste físico que a idade e as diversas modalidades da vida impõem a todo o ser vivo. Sobre o triplo aspecto da percepção, da vivência e do imaginário a doença nem sempre é compreensível e perfeitamente aceitável, ainda que, a nível do cristianismo, haja uma ética de sublimação da doença. Não obstante, a realidade indica-nos que a vida de todo o ser vivo é sujeita a todo um conjunto de perdas irreversíveis (L.-V. Thomas, 1991). E esta realidade não pode iludir ninguém, apesar de todos os progressos da medicina, das medidas sanitárias e cuidados alimentares e mesmo da proliferação de cosméticos de combate ao envelhecimento. De facto, a degradação energética provoca mudanças radicais tanto física como psiquicamente.

Na verdade, quanto mais se avança na idade, mais probabilidade há de contrair doenças e de caminhar para a morte e esta, contrariamente ao que muitas vezes se pensa, é um processo e não apenas um estado. Ora, o homem moderno, mais do que nunca, luta não só para prolongar a vida, mas também para a viver em melhores condições e a saúde aparece, aqui, como um dos aspectos fulcrais desta vivência.



Não deixa de ser interessante verificar que esta preocupação, embora mais acentuada à medida que a idade avança, é extensiva à generalidade dos inquiridos, inclusive para o escalão etário de 15-19 anos, que representa, aqui, cerca de 1/6 desta população experimental. Estas atitudes podem ser correlacionadas com alguns fenómenos sociais do nosso tempo que têm efeitos directos sobre a doença, a saúde, o bem-estar, a vida, a morte e a construção das representações sociais que daí decorrem. Tal é o caso da toxicoddependência, da sida, do cancro, do aumento da sinistralidade, entre outros fenómenos. Por um lado, a possibilidade ou mesmo a imprevisibilidade não controlada de contrair facilmente qualquer uma destas doenças e, por outro, a improbabilidade de cura, em alguns destes casos, tornam o futuro da vida incerto e não deixam de criar algumas angústias e apreensões colectivas perante tais fenómenos.

Há que ter também em conta que esta valorização-preocupação com a saúde prende-se também com um movimento social mais geral em torno da saúde e das medidas para a conservar. A este nível, a política global de saúde investe não só nas medidas e medicina curativas mas insiste,

particularmente, na lógica da medicina e medidas preventivas. A tónica é posta, sobretudo, na prevenção.

Vejamos, por exemplo, como ao longo dos últimos tempos tem sido dado corpo à medicina familiar, visando não só conhecer melhor o contexto familiar e social onde vive a pessoa-doente, para melhor a tratar, como dar também apoio à pessoa em busca da prevenção, incentivando-a a seguir neste sentido. Hoje preservar a saúde aparece como um comportamento social que merece o aplauso da sociedade. Muitas vezes subsistem até razões económicas de ordem geral, familiar e individual, pois que, os serviços de saúde representam cada vez mais, um peso substancial a nível do orçamento geral do Estado, do orçamento familiar e das demais consequências que daí decorrem. Segundo A. Barbosa (1987, 173-174), *uma nova ideologia do dever de saúde premeia, assim, a passagem do 'doente passivo' para o utente responsável e a palavra saúde, tornada em símbolo para a comunidade, mitifica-se e passa a ser aceite como a melhor metáfora do bem e da felicidade.*

Nos nossos dias, abundam as campanhas de informação sobre os benefícios da saúde e, pelo contrário, os riscos da doença. A isto convém também juntar a transformação das mentalidades que se tem operado ao longo dos últimos tempos tanto sobre o valor da saúde em geral como do corpo com boa saúde em particular. Para isto muito tem contribuído o aumento da escolarização, a transformação dos níveis e dos modos de vida, os meios de comunicação social e as várias influências externas de âmbito internacional, que sobre diversos modos, penetram, cada vez mais, no universo social e cultural.

É, pois, na complexidade de um conjunto de fenómenos sociais interactivos que se pode tentar compreender e explicar esta importância prioritária atribuída por estes inquiridos à saúde.

A Família uma instituição sólida e adaptativa

Como podemos, verificar pelos dados do gráfico n.º 2, a família ocupa o segundo lugar na escala das importâncias aqui atribuídas. Estes resultados não deixam muitas margens para dúvidas. Apesar de ao longo, dos últimos anos abundarem os discursos sobre a *crise da família* baseando-se no decréscimo da natalidade, da nupcialidade, na desinstitucionalização, no aumento de divórcios, no recrudescimento de novos modelos familiares, a família aparece, aqui, como preponderante na vida das pessoas. O consenso, a este respeito é partilhado pelos diversos grupos etários, com particular destaque para os jovens, independentemente do grau de escolarização e do sexo. Ao mesmo tempo esta supremacia da

família, como objecto de valorização, é partilhada pelos inquiridos dos dois inquéritos, acima designados.

Assim, ela surge unânime e fortemente valorizada, como uma esfera importante de investimento afectivo, de educação, de protecção, de ajuda recíproca, de exercício do respeito mútuo, de compreensão, de amor, de aprendizagem de diferenciação e até de desacordo, mas também da interdependência e da reconciliação. Ela constitui, deste modo, um núcleo de valores, um universo de afeição, um local de partilha, um alfofre de normas e é considerada, pelos inquiridos do **Inquérito aos Leigos**, como a melhor aliada da Igreja para a difusão da fé e adesão aos valores cristãos.

Estes resultados não se afastam daqueles obtidos por outros trabalhos, à escala europeia sobre os valores europeus. Para 82 % dos europeus, a família é um valor muitíssimo importante contra 64 % dos portugueses. Para os nossos inquiridos, os 5 pontos que congregam as percentagens mais elevadas na escala dos aspectos mais importantes para a vida, a família ocupa o segundo lugar. À escala europeia, ela ocupa o primeiro lugar seguindo-se os Amigos, o Trabalho e os Tempos livres, com valores superiores a 80 %. No fim da escala, e com menos de 50 %, vem a religião e a política (A. Nunes de Almeida e M. Dores Guerreiro, 1993). No caso que analisamos, a ordem das prioridades é dada à Saúde, à Família, ao Amor, à Solidariedade e à Religião. Aspectos como a Realização Profissional, a Escolarização e a Situação Económica Estável não chegam sequer a atingir os 5 %, o que não deixa de ser significativo, pois que estes são aspectos extremamente valorizados na sociedade dos nossos dias. Aparece, aqui, uma super-valorização do moral, no sentido social do termo, em detrimento do económico ou do que a ele poderá conduzir.

Convém assinalar que 20 % dos indivíduos que atribuem à família um tal relevo se situam no escalão etário dos 15-19 anos, período da vida em que, nas sociedades modernas os indivíduos são ainda bastante dependentes da família. A escolarização aumenta e prolonga-se na idade. Com ela e com o progressivo aumento do desemprego aumenta também a idade de entrada no mercado de trabalho profissionalizado, do casamento ou simplesmente da formação de uma nova família. Em tais circunstâncias, os jovens permanecem hoje mais tempo mais dependentes da família, apesar de todas as políticas sociais do Estado-Providência em torno da educação, do incentivo ao primeiro emprego e da habitação, entre outras. Aliás, precisamente, com a crise do Estado-Providência, actualmente, faz-se, cada vez mais, apelo às solidariedades familiares.

A estas razões, mais de ordem sócio económica, juntam-se outras de índole cultural e afectiva. Na verdade, a família da modernidade actual tem características algo diferentes do passado, no que se refere ao exer-

cício da autoridade parental, à relação pais-filhos, à vivência e expressão da afectividade, à liberdade de saídas, à concepção das próprias relações intra-familiares, entre outros aspectos. As hierarquias pais-filhos são mais esbatidas e mesmo que as exigências da vida sócio-profissional e, por vezes, também os graus de escolarização bastante diferentes criem barreiras culturais entre gerações diminuindo, assim, o espaço, o tempo e as oportunidades de diálogo familiar; há, pelo menos, uma maior sensibilidade para a importância de relações mais abertas entre pais e filhos.

É incontroverso que os pais oferecem hoje menos resistência a falar de assuntos com os filhos que no passado eram tabu. Mas também, se o não fizerem, outros agentes e actores sociais se encarregarão de o fazer. O mesmo se diga no que se refere à relação afectiva. Ela é, actualmente, mais aberta e mais espontânea no seio familiar. Conjuga-se, pois aqui, um conjunto de factores que explicam algumas mudanças introduzidas no relacionamento pais-filhos e uma maior sensibilidade dos primeiros para este tipo de comportamento. Aliás, em muitos casos, a família dos nossos dias funciona como um reduto de felicidade (L. Roussel, 1988), de protecção e bem-estar contra as diversas adversidades exteriores e este tipo de família é, igualmente, procurada por pais e filhos.

Não admira, portanto, que, nestas circunstâncias, a família apareça extremamente valorizada pela população deste inquérito. Idêntica opinião manifestaram os jovens franceses, dos 11-19 anos, em 1993 num inquérito feito pelo INSERM nas escolas francesas. A análise de 12391 questionários veio revelar que para 70,5 % dos alunos inquiridos, a vida familiar é agradável e, quando tal não é o caso, tudo parece posto em questão. Para estes jovens, é a vida familiar que oferece segurança e as questões sociais são secundárias em relação à família. Quando esta não está bem, nem mesmo a escola exerce um papel compensatório.

No caso da nossa população, é importante realçar que as razões evocadas para a valorização da família são algo diferentes das funções que lhe eram tradicionalmente atribuídas: reprodutiva, educativa e económica. Aqui, elas são consentâneas com os valores das sociedades modernas contemporâneas onde o individualismo, a vida privada e a felicidade ocupam o primeiro destaque.

Com efeito, nestas, desde finais do século XIX, a família, ao mesmo tempo que tende a tornar-se mais privada, ela é, necessariamente mais pública, porque mais dependente do Estado e das suas instituições (E. Durkheim, 1975). Actualmente, diremos que ela é tudo isto, mas cada vez mais dependente do mercado de trabalho, das regras do mercado económico nacional e internacional, das descobertas científicas, das inovações tecnológicas e até da contingência dos vários acontecimentos sociais e culturais. Isto não tem deixado de se acentuar ao longo das últimas

décadas. É incontroverso que a acentuada nuclearização da família e centralização sobre si própria só é possível graças aos serviços que o Estado e um certo número de instituições públicas e privadas asseguram: educação, saúde, velhice, arsenal de serviços sociais, psicológicos e psiquiátricos, entre outros.

Mas convém mostrar ainda que o Estado intervém, cada vez mais, na vida doméstica, mesmo que, actualmente, se queira e se pense escapar ao controlo da instituição. Há todo um conjunto de normas éticas e medidas higienistas (J. Donzelot, 1977) jurídicas e sociais, a que, qualquer modelo de família não pode furtar-se. E nem mesmo aqueles que recusando a instituição, que no passado fundamentava o casamento, estão ao abrigo desta lei social. Por vezes, até são estas famílias que são, constantemente, obrigadas a fazer prova da sua situação para terem direito a certas regalias sociais, decorrentes, por exemplo da segurança social, do acesso a certas formas de crédito, de habitação, bolsas de estudo para os seus filhos e outras regalias sociais.

É um facto que ninguém nega que, sob diversos aspectos, a família nuclear parece cada vez mais querer irradiar os constrangimentos externos e a intromissão de estranhos, ainda que, por vezes, estes sejam próximos. Tal é, por exemplo, o caso dos parentes. No entanto, a intromissão impõe-se por outras vias oficializadas, sob a forma de leis e directrizes e logo que estas não sejam acatadas estão previstas sanções de diversa ordem. Assim, podemos dizer que, actualmente, o Estado e as suas instituições, ou outras similares, exercem toda uma gama de funções de controlo que, no passado, eram exercidas pelo parentesco, pela vizinhança e até pela Igreja. Ora, à medida que o impacto destas instâncias diminui, esta função é, agora, outorgada ao Estado que regulariza a esfera privada familiar, através dos processos jurídico, económico e institucional.

Podemos ainda dizer que, actualmente, esta grande valorização da família e das suas virtualidades se inscreve num universo mais vasto que, tem como pano de fundo, um conjunto de valores sociais que imperam nas sociedades modernas ocidentais: individualismo, procura de autonomia, exigência de maior igualdade, busca de felicidade e bem-estar, sucesso sócio-económico, entre outros. Por força das circunstâncias, a família moderna contrai-se e investe, cada vez mais, numa *zona central* constituída pelo marido, a esposa e um pequeno número de filhos com *zonas secundárias* de relações com os ascendentes e os descendentes (E. Durkheim, 1975).

Isto indica-nos, portanto, que contrariamente ao que dizem certas correntes de pensamento e até da sociologia da família, tal o caso de T. Parsons (1955), a família dos nossos dias não rompeu com as relações

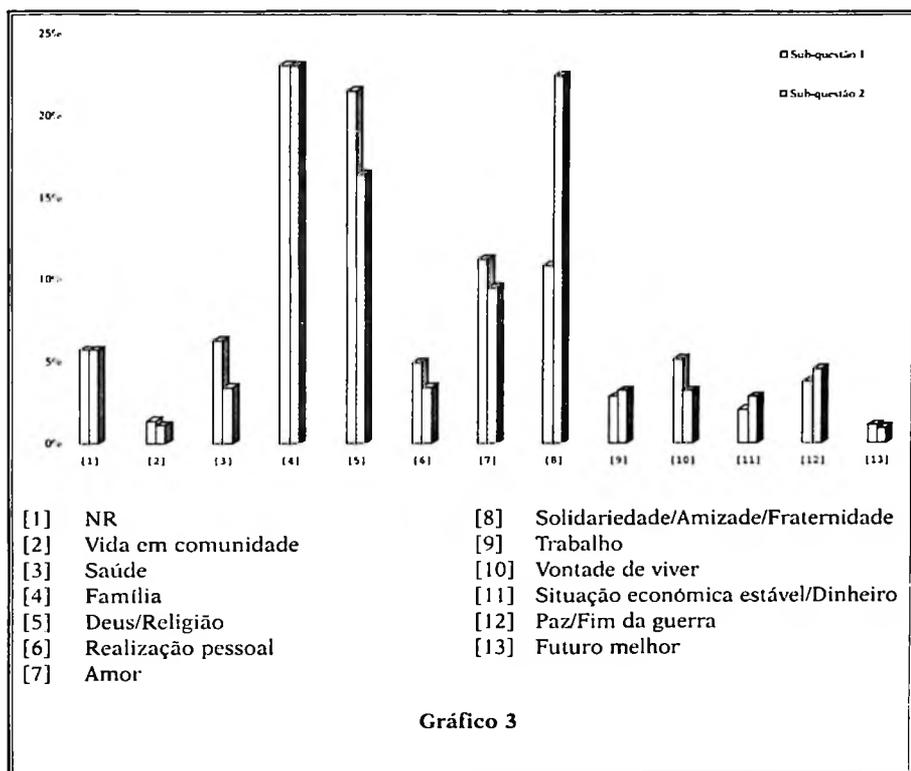
de parentesco. Elas são, hoje, de outra índole e com o crescimento da modernidade elas saem bastante enfraquecidas em proveito da família nuclear.

Assim, na esteira de E. Durkheim, podemos dizer que a família moderna é individualista, na medida em que se procura, essencialmente, como entidade individualizada. Deste modo, as relações tendem a personalizar-se de modo centrípeto, em busca da realização de um projecto de felicidade num grupo ao mesmo tempo individualizado e, nalguns casos, *fusional* (L. Roussel, 1988). Contrariamente ao passado, em que o património económico constituía a pedra angular da unidade familiar e a lógica era como *sobreviver em conjunto*, nos tempo modernos a família é relacional e a lógica é como *ser feliz em conjunto*. E logo, que tal não se verifique, envereda-se, facilmente, pela ruptura para se lançar de novo, na busca de outros redutos de felicidade. Doravante, esta passa a legitimar todas as escolhas e os projectos e representações sociais sobre a família não escapam a esta lógica social.

Nesta perspectiva, também os dados indicados no gráfico n.º 3 são elucidativos. Constatamos, mais uma vez, que a família ocupa um lugar de destaque, tanto no que se refere ao que lhe dá sentido à vida como ao que lhe oferece felicidade. A maior concentração de respostas verifica-se nesta correlação: família-felicidade-sentido para a vida, praticamente, correlativa da comunidade-felicidade-sentido para a vida.

Quanto aos outros valores acima indicados, podemos dizer que a família, sem ser um decalque da sociedade, é extremamente solidária com ela e ambas se inter-influenciam. Em termos de igualdade, desde a revolução francesa de 1789, esta faz parte dos ideais das sociedades modernas ocidentais. Ela é também perfilhada por diversas correntes ideológicas, ainda que em muitas circunstâncias ela continue no domínio das utopias. Transpondo esta máxima para o universo familiar, esta não deixa de aí exercer repercussões. As hierarquias intra-familiares, como já anteriormente o dissemos, são hoje mais esbatidas tanto no que se refere aos cônjuges como às relações entre pais e filhos. As próprias leis jurídicas não só o apontam como o estabelecem (Constituição da República Portuguesa de 1976; Código Civil de 1977). Embora na família ninguém seja igual a ninguém, ela não deixa de ser, cada vez mais, embuída por este ideal de igualdade e a realidade mostra-nos que ela ganha cada vez mais vigor neste microcosmo social.

Aludindo, agora, à preocupação da família com o sucesso sócio-económico, contrariamente ao que dizia E. Durkheim nos finais do século XIX, a família dos nossos dias não deixa de se preocupar com o património. Só que, actualmente, a estrutura do património transformou-se profundamente. Com efeito, no passado, o património era de



natureza económica e actualmente ele é, essencialmente, de índole cultural (P. Bourdieu, 1989).

Mas, num caso e no outro, há uma preocupação não só em reproduzir o património, como até de o aumentar. Estão, no primeiro caso, os grupos sociais abastados e no segundo os grupos sociais em busca de ascensão social, investindo, estes, em estratégias educativas de mobilidade social. A vontade de promoção social é, em muitas famílias, uma prioridade. Os pais procuram-na para si, mas, muitas vezes, conscientes dos seus limites, transferem para os filhos o alcance do sucesso que desejavam ter tido. Assim, os filhos vêem-lhes confiada uma espécie de delegação de promoção que só é conseguida com o empenho dos pais. Estes, por sua vez procuram conciliar uma procura constante de felicidade e bem-estar com uma ética do esforço. O que a uns não foi dado por *natureza social* é agora procurado de modo sistemático com determinação e vontade (J.-P. Sartre, 1986).

Trata-se, pois, de um projecto que compromete igualmente pais e filhos em busca da ascensão social. Por vezes, constatamos que tudo gravita em torno da realização desse projecto e até os filhos acabam por se tornarem, eles próprios, prisioneiros desta lógica de ascensão social, a todo o custo. Tomemos, por exemplo, o caso dos estudos. Se os seus esforços e os dos pais não são suficientes para alcançar o almejado sucesso escolar recorre-se, facilmente, às explicações para se poder ultrapassar as dificuldades surgidas, normalmente, em consequência da herança de um fraco capital cultural.

Assim, desde muito cedo, as crianças e os jovens são socializados numa ética do esforço para alcançar o desejado sucesso escolar que, por sua vez, se converterá em garantia de sucesso sócio-económico e cultural, tão apregoado pelas sociedades modernas. Porém, este é, normalmente, mais procurado numa perspectiva individualista do que altruísta, isto é, que tenha também em conta o bem comum. Deste modo, desde muito cedo, as crianças e os jovens são induzidos na ética do sucesso pelo sucesso, quiçá da competitividade, fruto da concorrência que reina na sociedade dos nossos dias.

Nestas condições, a família é ao mesmo tempo tributária e construtora dos valores do tempo. Na verdade, não podemos conceber a família como um corpo isolado da sociedade. As estratégias, as transformações e os valores adoptados pela família aparecem, muitas vezes, como uma resposta às solicitações sócio-económicas e culturais da sociedade a que não são estranhas as posições do universo aqui inquirido.

As virtudes do amor, da religião e da solidariedade

Continuando na escala dos aspectos mais importantes para a vida, o amor ocupa o terceiro lugar seguido da religião e da solidariedade. Para estes inquiridos o amor assume realidades concretas como sejam a amizade, a afectividade, o carinho, a bondade, a reciprocidade e de modo mais abstracto o altruísmo, o amor fraternal, podendo este ser entendido como o amor extensivo ao outro, ao nosso semelhante e a toda a humanidade, o que se inscreve nos princípios da religião cristã e dos Direitos do Homem.

É incontestável que tanto a Igreja Católica, pela voz dos seus representantes, como diversas instâncias internacionais de natureza pública e privada, num mundo cada vez mais ameaçado pelas injustiças sociais, pela guerra, pela fome, pelo egoísmo dos ricos, comodamente, instalados no seu bem-estar, em detrimento dos pobres, pela insegurança das pessoas e dos povos, pelos atentados contra a dignidade da pessoa humana,

não têm deixado de se insurgir contra este estado de coisas e apelado para a paz, a concórdia, a solidariedade e o amor entre as pessoas e os povos.

Mas se é verdade que, na prática, as notícias chegadas de todos os lados e por diversos meios nos veiculam imagens de um mundo atravessado pelas discórdias, dissensões e contradições, também não é menos verdade que nos chegam informações de uma vasta variedade de acções promovidas por entidades e pessoas ligadas a diversas crenças, ideologias políticas, associações filantrópicas e outros movimentos, procurando alterar o rumo dos acontecimentos. Não é, pois, de estranhar que o amor, entendido nesta perspectiva, seja um dos aspectos bastante importantes da vida das pessoas, sem esquecer, no entanto, outras conotações atribuídas a esta noção de amor. Em geral, o amor é associado a tudo o que contribui para o bem-estar físico, psíquico e moral das pessoas e em termos místicos e cristãos é considerado um ideal de vida, que deve ser exercido em favor da promoção do bem da humanidade.

Quanto à religião convém referir que ela apenas constitui um aspecto importante para cerca de 11 % dos inquiridos. Há, no entanto, alguma discrepância entre a atitude aqui manifestada e a que aparece no gráfico n.º 3 onde a Religião-Deus são para 22 % dos inquiridos algo que lhes dá sentido à vida. Destes, cerca de 50 % têm mais de 40 anos. Esta atitude aproxima-se de uma lei social, mais geral, que se tem manifestado nas sociedades ocidentais com o crescimento do processo da secularização. Em muitos casos, a religião, sobretudo a prática dos ritos que a ela estão ligados e até a importância que lhe é atribuída, tomam particular significado em duas grandes fases da vida: a infância e algum tempo da juventude e, mais tarde quando, se começa a entrar num certo declínio da vida por volta dos 40-50 anos. Nestas idades e mais tarde é frequente encontrarmos pessoas que tendo, anteriormente, abandonado a prática religiosa e quaisquer outros indícios da sua afiliação religiosa, não só retomarem a prática religiosa, ou ainda, mesmo que tal não aconteça, atribuírem cada vez mais importância ao sagrado.

Isto indica-nos, por um lado, a importância que as pessoas vão atribuindo ao religioso, à medida que avançam na idade, quando surgem mais as questões da relação vida-morte-vida do além e, por outro, que nesta fase da vida, porventura estando as pessoas já mais livres de outras tarefas familiares mais absorventes, possam de novo dedicar mais tempo à religião.

A plausibilidade desta última asserção, tendo razão de ser e sendo, muitas vezes corroborada pela realidade dos factos, não deixa também de suscitar algumas questões de ordem pastoral para a Igreja. De facto, se os pais abandonam a religião e as práticas rituais que lhe são tributárias e

até atribuem menos importância à religião num período da vida em que, normalmente, vivem conjuntamente com os filhos, que efeitos advêm, para estes, deste comportamento dos pais? Que tipo de representações constroem os filhos a propósito do comportamento não religioso dos seus pais e que repercussões daí decorrem para as suas próprias concepções e adesões religiosas?

É certo que apesar de um certo abandono da prática religiosa, à medida que se caminha na juventude e na idade adulta e, porventura, um certo regresso nos escalões de idade acima indicados, continuamos a verificar bastante interesse, da parte dos pais católicos: *devotos, praticantes, conformistas ou sazonais* (G. Le Bras, 1956), pelos ritos de iniciação religiosa cristã dos filhos e do ensino da catequese. Um certo número de pais católicos tendo feito baptizar os filhos na Igreja católica e abandonado a prática religiosa, chegada a idade da catequese voltam, novamente, à Igreja para lhes solicitar os seus serviços em matéria de catequese e seguem normalmente todas as exigências que daí decorrem.

Depois, há os que, por esta via, regressam à prática religiosa e aí permanecem, os que acompanham os filhos, mas não chegam a entrar de novo, esperando-os à porta e há também os que terminados os ritos de iniciação cristã, que são nesta fase a Primeira Comunhão e a Profissão de Fé, voltam de novo a afastar-se, arrastando os filhos neste tipo de comportamento. Há também que ter em conta que o ambiente geral não é, hoje, impregnado do religioso, à semelhança de outros tempos. E, nestas condições, a religião e a fé encontram um terreno menos propício ao seu desenvolvimento e manifestação pública.

Poderá, porém, dizer-se, perante este facto, que as pessoas não acreditam, pelo menos, em algumas virtualidades da religião cristã? A questão permanece em aberto e prende-se, por um lado, com a fragmentação do religioso e, por outro, com novos modos de se posicionar perante o catolicismo e as práticas rituais e comportamentais que a Igreja define para os católicos em geral. No entanto, a realidade é bastante polissémica a este propósito.

Convém, no entanto, ter em conta, que numa sociedade cada vez mais secularizada, a vida individual, familiar e colectiva continua, em muitas circunstâncias, a fazer apelo ao religioso e à presença da Igreja. Na designação de G. Le Bras (1956), há um certo número de cristãos *festivos*, isto é, que não praticando regularmente, procuram serviços e participam nas festas celebradas pela Igreja. Estão, neste caso, as festas periódicas como o Natal, a Páscoa, os Santos, o dia dos fiéis defuntos, as missas em períodos pré-estabelecidos em honra dos mortos, o Santo patrono, as romarias e, particularmente, as que sacralizam os grandes momentos da existência humana: nascimento (baptismo), infância e ado-

lescência (primeira comunhão e profissão de fé), juventude universitária (bênção das pastas), idade adulta (casamento), morte (funeral religioso).

Podemos, assim, falar de uma religião festiva, do rito que é, na maioria dos casos, o único sentido da festa, ao qual a Igreja traz somente o seu suporte cerimonial. Mas isto não impede de constatarmos que estes eventos festivos trazem à Igreja, talvez, a única possibilidade de encontro com um vasto público que noutras ocasiões a esquece ou lhe é indiferente. Aliás, interrogados sobre os efeitos evangelizadores das festas, 16 % dos leigos inquiridos consideram que elas evangelizam; 37 % que evangelizam mais ou menos; 26 % que não evangelizam. Estamos, aqui, perante uma diversidade de posições em que se vislumbra uma tendência para atribuir à festa um papel evangelizador. Se afinal as manifestações religiosas de massa atingem cada vez menos pessoas, há ao contrário, uma larga maioria da sociedade que mantém, ainda, os costumes onde a cerimónia religiosa é envolvida pela festa.

Está-se aqui perante uma consequência expressiva do costume. De facto, entre a religião, a fé e o constrangimento, é o costume que assume uma importância decisiva. É verdade que o costume cria o hábito e este conduz, por vezes, a uma certa rotina dos comportamentos. Porém, não há nestas relações uma adequação perfeita. Em termos de costume social, o costume enfraquece se ele não comporta o mínimo de adesão, de adaptação e de dinamismo. *O costume conserva os ritos, mas ele exige também alimentos adequados aos observantes* (P. Guillaume, 1936, 635).

Ora, como a realidade social é, hoje, caracterizada pela mudança, necessariamente, esta adaptação do costume supõe uma perpétua renovação, porventura reformas profundas, para que o costume, sem deixar de o ser, permaneça actual e operativo. De facto, a adesão pessoal e o aspecto construído, parecendo, por vezes, oporem-se parcialmente são portanto complementares. Em nosso entender, esta situação não deixa, sobretudo, de questionar a Igreja em termos pastorais.

Compreende-se, aliás, que num quadro problemático como este, em que aparecem posições diferenciadas no campo do religioso, haja uma preocupação, por parte dos leigos praticantes da diocese de Braga, com os problemas da evangelização, sobretudo, a nível da paróquia. Isto é notório nos dados recolhidos pelo Inquérito aos Leigos. Convém, no entanto, referir que este interesse, também extensivo à prática religiosa e formação cristã e doutrinal, é mais acentuado na população com mais de 60 anos, inactiva e pouco escolarizada. Apenas 17 % dos que mostraram estas preocupações frequentam ou já frequentaram o ensino secundário e pertencem, em larga maioria, aos escalões etários com menos de 25 anos.

Está-se, aqui, perante uma consequência expressiva da dificuldade que, em muitos casos, a Igreja e a religião têm em acompanhar ou, pelo menos, influenciar e suscitar o interesse de grupos mais escolarizados pelas questões da pastoral.

Quanto à solidariedade, constatamos que na escala das importâncias que temos vindo a analisar ela é praticamente posta em paralelo com a religião. E no que se refere à questão: **O que lhe dá sentido à vida e o que lhe oferece felicidade**, a solidariedade com a amizade e a fraternidade ocupa uma posição idêntica à da religião. Convém, no entanto, dizer que grupos etários distintos se posicionam diferentemente quanto a estes aspectos.

No que se refere à religião, mais uma vez são os grupos etários com mais de 40 anos (cerca de 50 %), que lhe atribuem maior importância e, inversamente, para os grupos etários com menos de 29 anos. Estes, por seu lado, também 50 %, consideram que a solidariedade, a amizade e a fraternidade são algo que dá sentido à vida e oferecem felicidade. Se tivermos em conta o grau de escolarização damos conta que se trata, neste último caso, de um grupo mais escolarizado que os mais velhos. Isto permite-nos concluir, por um lado, que o grau de escolarização tem uma grande importância na formação da percepção sobre o mundo, a sociedade, as pessoas, as coisas e o sagrado e não deixa, por outro lado, de influenciar a formação dos sistemas de valores dos indivíduos e as escalas em que os mesmos são hierarquizados.

Dada a importância aqui atribuída à solidariedade, é interessante verificar que esta é hoje um feito de sociedade, como no passado aliás. Só que, noutros tempos, ela revestia outras formas e era, de algum modo, pensada diferentemente. No Ocidente, duas matrizes intelectuais constituem a arqueologia da ideia de solidariedade: o estoicismo e o cristianismo primitivo. Fixemo-nos apenas neste último. Ao longo dos tempos o cristianismo tem insistido no amor do próximo e na prática da caridade, na verdade, na consciência, na crença que não há nada mais precioso do que a lei que favorece a justiça entre os homens. E estes, perante Deus, são todos iguais. Neste, como noutros aspectos, a vida dos primeiros cristãos era edificante, mesmo para aqueles que os perseguiam. *Todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum. Vendiam terras e outros bens e distribuíam o dinheiro por todos, segundo as necessidades de cada um* (Actos 2,44-45). Deles diziam: *vede como eles se amam*. Eis um desafio para os cristãos do nosso tempo que não deixa de ser ainda mais pertinente em época sinodal.

Esta insistência sobre o amor ao próximo, que aparece já no decálogo, continua a atravessar todo o pensamento cristão e a doutrina social da Igreja que, em várias ocasiões, não tem deixado de chamar a atenção

para isso. A prática da caridade tem sido aconselhada pela Igreja ao longo de todos os tempos. Sendo assim, a importância atribuída à solidariedade, por parte de alguns inquiridos, pode prender-se com este princípio cristão do amor ao próximo.

No entanto, sabe-se, hoje, que à medida que as sociedades se foram secularizando e o Estado-Providência se foi organizando e fortalecendo, um certo número de funções, outrora apanágio das organizações de assistência da Igreja, vão sendo cada vez mais exercidas pelo Estado e as suas Instituições ou ainda outras, que embora de natureza privada, são por ele subsidiadas, inclusive muitas das que são pertença da Igreja. Deste modo, na prática e na concepção social, vai-se passando da óptica da assistência caritativa, do dever de ajudar os mais necessitados, à óptica da solidariedade social, isto é, do direito às regalias da Segurança Social para a qual, normalmente, se cotiza.

De facto, a solidariedade é hoje proclamada coisa pública, tanto pelas instâncias governamentais como pelas organizações de natureza filantrópica, independentemente das finalidades e objectivos que as norteiam. Assim, a Igreja, continuando a exercer um papel importante em termos de solidariedade social, que ela designa normalmente por acção sócio-caritativa, fá-lo com as demais instituições sociais e não mais exclusivamente, como acontecia em certas épocas e circunstâncias do passado. Nos nossos dias há como que uma moral normal da prática da solidariedade, proclamada por diversas instâncias, fazendo apelo à generosidade social. A nível nacional, isto é tanto mais proclamado quanto a crise do Estado-Providência se agudiza. A nível mais geral, as diversas instâncias internacionais não deixam de desenvolver e incentivar um vasto número de acções em favor dos desfavorecidos e necessitados.

Mas nós podemos entender, também, a solidariedade para lá destes aspectos, que, afinal, decorrem mais das desigualdades sociais ou de outras situações criadas pela organização sócio-económica das sociedades. Numa época de grande transição e agitação social, tal o caso dos finais do século XIX, o pensamento dos clássicos da Sociologia, desenvolve-se a partir de uma preocupação comum: pensar a redimensionação da coesão social. Assim, a solidariedade é entendida no âmbito dos laços sociais, isto é tudo o que mantém unido e coeso uma sociedade.

Todos se preocupam em compreender e analisar as novas formas de solidariedade que emergem das transformações das novas formas de organização social: a passagem da *comunidade à sociedade* (F. Tönnies, 1887); da *solidariedade mecânica à solidariedade orgânica* (E. Durkheim, 1893); de um universo gerido pelo *sagrado* a um outro orientado pela *racionalização* (M. Weber, 1904); da *semelhança à alteridade* (G. Simmel, 1908)

Na perspectiva destes autores, as diferentes formas de solidariedade constituem o cerne da coesão social, sem a qual nenhuma sociedade pode subsistir. Para E. Durkheim, embora a *solidariedade orgânica* decorra da organização social do trabalho e, portanto, do sentido da interdependência que os indivíduos têm entre si e do grau de consciência do todo que formam, ela é acima de tudo, uma moral, o que une o indivíduo e a sociedade. Assim, os interesses sociais sobrepõem-se aos interesses egoístas, decorrentes de um individualismo exacerbado. Logo que tal não se verifique corre-se o risco de caminhar para uma sociedade anômica, onde podem surgir problemas de vária ordem.

Isto não deixa de questionar a sociedade dos nossos dias, onde, muitas vezes, se verifica o enfraquecimento dos laços sociais, em termos colectivos. Por exemplo, na sociedade da abundância, há cada vez mais pobres, isolados, anónimos, ignorados, doentes incuráveis, mais ruptura entre as gerações, sobretudo, quando os mais velhos já não são produtivos e são considerados um peso para a família e para a sociedade. Em suma, há cada vez mais excluídos e marginalizados. Não é, portanto, surpreendente que um certo número de inquiridos considerem a solidariedade um dos aspectos muito importantes da vida.

Esta preocupação com as questões sociais é, também, notória nos resultados do Inquérito aos Leigos. Interrogados sobre os problemas mais urgentes que o Sínodo deveria abordar, 59 % desta população considera serem os problemas sociais. Entre estes, são indicados a justiça, o trabalho, as questões dos jovens e toda a problemática que com eles se relaciona e a solidariedade social.

Para mostrar a pertinência e a fecundidade potencial desta nova forma de interrogar os fenómenos e as situações sociais, dos nossos dias, são apontados como alvo preferencial, em matéria de solidariedade social, os pobres, os marginais, os desempregados, os excluídos e os idosos.

É interessante verificar que se o sexo não exerce qualquer influência na orientação desta resposta, o mesmo não se poderá dizer quanto à idade. São, sobretudo, os jovens entre 15-19 anos, em vias de crescente escolarização e a população com 60 e mais anos, inactiva perante a profissão, 8 % e 9 % respectivamente, os que entendem ser esta uma prioridade do Sínodo. Tanto num caso como no outro, podem afigurar-se alguns problemas de exclusão social: dificuldade de aceder ao mundo do trabalho profissionalizado para os primeiros e, por isso mesmo, permanecer à mercê de várias formas de exclusão social; ver-se impedido, na situação dos segundos, de certas prerrogativas de participação social à medida que avançam na idade. Não descurando outros factores que, por exemplo, no caso dos jovens favorecem uma maior sensibilidade para

estes problemas, hoje, erigidos em causas sociais, uma hipotética experiência vivencial pode desenvolver uma percepção mais profunda desta realidade.

Mais do que procurar induzir qualquer tomada de posição do Sínodo diocesano a este respeito, o que estes resultados parecem sugerir é estimular o grupo sinodal a aumentar a sua sensibilidade às implicações concretas que decorrem da problemática da solidariedade social. Esta não se contempla, hoje, com um processo de boas intenções ou de um ideal societário, mas parece exigir acções concretas.

Mas também não é menos verdade que, actualmente, para lá do *deficit* de uma certa forma de solidariedade colectiva, emergem um pouco por todo o lado, novas formas de solidariedade que se inscrevem particularmente, em novas formas de solidariedades elementares e de sociabilidade plural, a partir de vários centros de interesse. M. Maffesoli (1988, 17) fala de um novo tribalismo que define do seguinte modo: *o vai e vem constante que se estabelece entre a crescente massificação e o desenvolvimento dos micro-grupos que designarei de 'tribos'*. A partir de determinadas redes relacionais, as pessoas constituem solidariedades que não são, especificamente, *mecânicas* nem *orgânicas*, nem económicas nem sociais, nem culturais nem afectivas, mas um pouco de tudo isso. Há cada vez mais, uma necessidade de partilhar as diversas *tramas* da existências num microcosmo de inter-conhecimento e de reconhecimento recíproco.

As novas organizações da economia, do trabalho, da política, da cultura, do espaço habitacional, do convívio e do lazer, tal como do religioso, conduzem a novas formas de relações sociais que sobre muitos aspectos se afastam das anteriormente vividas. Segundo J. Duvignaud (1986, 217-318), *constituem-se agrupamentos antes nunca vistos e surgem novas solidariedades. Uma mudança, que, a partir da Europa, se tornou planetária e que induz a outros modos de organização ou de integração, diferentes daqueles cujos princípios foram inventados pela história e pela filosofia. A vida social não é mais um todo coerente que os Antigos se deleitavam a observar: uma pluralidade das formas de vida afecta todos os grupos que se reencontram, afrontam, se combatem, se aliam ou se ordenam entre si no interior de um espaço onde os homens por acaso nasceram.*

Na verdade, a realidade social é hoje polissémica e em todos os domínios que tocam ao intelectual, ao cultural, ao religioso, ao político, ao comercial, ao laboral, ao local, constatamos a existência de várias pertenças, por vezes fragmentadas, mas a partir das quais se procuram e se constróem novas formas de solidariedade fundamentadas, sobretudo, na convivialidade e no inter-conhecimento. Vivemos hoje qualquer coisa de paradoxal: quanto mais o homem se abre ao internacional, ao cosmo-

político e ao universal, mais ele valoriza o local e procura a proximidade e o inter-reconhecimento.

É nesta óptica que se pode entender a grande importância atribuída por esta população experimental à vida em comunidade. Esta, funcionando, por vezes, como um *oásis* no seio de uma sociedade anómica, onde existem multidões solitárias (D. Reisman, 1978), onde, por vezes, as pessoas se vêem e não se olham, se inter-cruzam e não se encontram, vivem lado a lado e se desconhecem, estão cada vez mais informadas, mas ignoram-se cada vez mais, necessitam umas das outras mas continuam comodamente indiferentes e instaladas no seu comodismo.

Esta tendência não só para idealizar como até reinventar novas formas de vida comunitária verifica-se em outras esferas da vida sócio-económica e cultural. Por exemplo, no domínio das empresas, desenvolvem-se, cada vez mais, as teorias da cultura da empresa visando, por um lado, estudar as características e as consequências que daí advêm e, por outro, incentivar uma certa forma de relação intra-grupo. É certo que muitas vezes esta é incrementada para favorecer os interesses da produção, porém, não deixa de ser significativo que se vá fazendo cada vez mais apelo às culturas de pertença a um certo tipo de comunidade que congrega as pessoas, entre si, em torno de objectivos comuns. De algum modo, trata-se de uma certa forma de comunidade de interesses que não se limitam apenas ao económico, mas também ao relacional e ao cultural. Daqui emergem, por vezes, certas formas de laços sociais que estão na base de uma sociabilidade que, partindo do universo do trabalho, se projectam noutros aspectos da vida individual e social. Frequentemente, as pessoas recrutam parte dos seus amigos no universo de trabalho que lhes é comum e no seio do qual encontram afinidades que lhes são específicas.

Deste modo, a comunidade aparece aqui idealizada como imagem de uma grande família, onde todos se preocupam com o interesse de todos e onde podem contar com a ajuda uns dos outros (F. Le Play, 1855). Esta valorização da comunidade traduz, de certa maneira, a nostalgia de um mundo onde os factos, os valores, os meios e os objectivos constituíam, uma harmonia perfeita (L. Dumont, *Essais*).

Actualmente verifica-se, também, que uma certa ideologia comunitária poderá ajustar-se, perfeitamente, a um certo tipo de individualismo moderno: uma socialização dos indivíduos que privilegiam, em si mesmos, uma sensibilidade orientada pelo imediato, a emoção presente, a busca do novo e, indissociavelmente, o desejo de exercer uma vontade própria, numa perspectiva de realização pessoal, contrariamente ao passado, onde os interesses da comunidade, do todo, se sobrepunham aos indivíduos (F. Tönnies, 1877), actualmente, a comunidade é perfilhada e

procurada numa perspectiva de encontrar resposta individual para as várias vicissitudes da vida.

As comunidades que vemos surgir nos nossos dias, num tecido social mais alargado e mais difuso são, normalmente, comunidades de interesses específicos e bastante selectivas. Por exemplo, congregam pessoas das mesmas condições sociais ou com afinidades ideológicas comuns e, por isso, são, por vezes, bastante elitistas. Isto não deixa de se verificar mesmo no interior do universo religioso, onde florescem as afinidades grupais.

Quanto ao Catolicismo uma religião una e universal, ele contém, no entanto, a capacidade de integrar a diversidade, o que faz, precisamente a sua força e o alcance da sua difusão. No entanto, no interior desta unidade não deixa de se verificar uma pluralidade de *modelos de catolicismo*, particularmente, através da grande variedade de movimentos que têm emergido, ao longo dos tempos, no interior da Igreja Católica.

Ora, um dos traços dos movimentos religiosos dos nossos dias é esta importância atribuída ao comunitário, mas aonde tenha lugar a experiência pessoal, a experiência vivida e o emocional em geral. De algum modo, podemos dizer que um dos aspectos essenciais desta vida comunitária consiste na participação subjectiva de cada um na vida e na identidade da própria comunidade. Contudo, trata-se de uma subjectividade que não é antagónica, com uma mobilização colectiva em torno das finalidades da comunidade, na medida em que há uma socialização dessa mesma subjectividade, transformada em expressão da comunidade.

Esta tendência comunitária, em termos religiosos, não implica, portanto, uma vida em comum abrangendo todas as facetas da vida, mas a participação em actividades comuns. Após o Concílio Vaticano II, várias *comunidades* se constituíram, quase sempre, em torno de um *fundador* e que não têm deixado de constituir um movimento de revitalização no interior da Igreja Católica. Contudo, esta adesão comunitária a uma certa forma de conceber e viver o religioso não poderá degenerar numa certa *idealização da comunidade* ou tomar esta pelo todo da Igreja.

Com efeito, a comunidade, sendo enaltecida e procurada por muitos, como espaço privilegiado da partilha e do inter-conhecimento, em termos sociais, não é a única mediação entre o indivíduo e a sociedade, e, em termos religiosos, o único espaço obrigatório de inserção religiosa. Antes, é-se cidadão, cristão e depois membro da sociedade e da Igreja. Nesta óptica, a comunidade é expressão de uma livre escolha dos indivíduos. E por isso, permanecendo fiéis à Igreja, como comunidade de baptizados, ela introduz, no seu seio, uma dimensão mais moderna, implicada nos mecanismos da *adesão voluntária*.

Em nosso entender, esta constitui uma das perspectivas em que poderá ser analisado o fenómeno da emergência de novas formas de religioso no interior da Igreja Católica. Já vimos que o universo das significações, em geral, e do religioso em particular é hoje bastante polissémico e fragmentado. Hoje, a paróquia, por exemplo, nem sempre forma um todo uno e coeso, sobretudo nos meios urbanos. No tecido paroquial subjazem muitos redutos de vida comunitária em torno de diversos interesses e até de ideologias, que são autênticos alfobres de solidariedade e cumplicidades intra-grupais. Claro que se pode questionar esta espécie de solidariedade fusional, no entender de M. Maffesoli (1988) em forma de *tribalismo*, que se fecha no grupo e ignora os outros.

Mas, podemos também pôr em realce as claras ambiguidades da solidariedade associada a uma ética do bem do outro universal. Sem deixar de ter em conta esta dimensão, a realidade obriga a questionarmos. Até que ponto se pode ou se é permanentemente solidário com o outro distante, vago, desconhecido, estrangeiro, ausente? É certo que esta solidariedade pode ser entendida como uma predisposição para tal, logo que as situações o exijam: guerra, fome, subdesenvolvimento, miséria, epidemias, catástrofes naturais ou outras, perseguições ou outras situações similares, mas esta é uma realidade que não pode deixar de ser tida em conta na sociedade em que vivemos: hoje em muitas circunstâncias não são os grandes ideais colectivos que mobilizam as pessoas, mas sim algo que lhes está próximo e com o qual se sentem sintonizadas.

Sob o ponto de vista religioso, esta situação produz algumas consequências. É incontroverso que há uma transformação do campo religioso. As sociedades secularizam-se cada vez mais e mesmo o regresso do religioso não pode, de modo algum, esconder esta realidade. Assim, à medida que as sociedades se secularizam, vai-se produzindo um abalo no sistema sacral de representações do mundo que constitui o esvaziamento de sistemas religiosos tradicionais. Denota-se, pois, uma passagem do sagrado à história e nas sociedades hodiernas vive-se a experiência de um mundo mutante, diferenciado, de um mundo a refazer e onde a história pertence exclusivamente aos homens. É, pois, nesta visão da história que se põe o problema do religioso no mundo moderno.

Em matéria de sentido para a vida e para a acção humana e social, o mundo perdeu a unidade de sentido que ele recebia quando lido como reflexo de um cosmo sagrado. O mundo perdeu igualmente, e é, talvez, o facto mais recente, a unidade de sentido que ele recebia devido ao facto de ser lido como lugar de realização de um projecto divino. Actualmente, se há realização, ela é concebida como resultado da acumulação de esforços humanos, ainda que esta realização seja complexa, pois é geradora de contradições e, por isso, progressivamente, posta em causa.

De algum modo é a partir desta contradição entre o horizonte de realização, que constitui o princípio da dinâmica da história da modernidade e esta opacidade que tem origem no próprio processo de desenvolvimento, que é possível compreender como se põe, actualmente, o problema do religioso.

Com efeito, esta opacidade do mundo dos nossos dias, esta sensação de dominar, cada vez menos, os horizontes, os acontecimentos, as perspectivas para o futuro, não deixam de fazer pairar muitas incertezas sobre a humanidade, sem no entanto podermos dizer que está aberto o caminho para as certezas da religião tradicional. Segundo G. Balandier (1994,149), *a modernidade submete o sagrado à prova das grandes mudanças e a religião não aparece mais claramente definida pelas funções que a tradição e a instituição durante muito tempo lhe atribuíram: propor à consciência uma imagem coerente do mundo; conferir uma legitimidade aos valores e às regras que regem as condições individuais e colectivas; oferecer os recursos que permitam responder às eventualidades e às provas, ao acontecimento e ao inesperado. Em suma, fazer surgir o sentido e fornecer os meios para enfrentar as circunstâncias adversas.*

Este reflexo social do campo religioso decorre desta perda de unidade religiosa do mundo, ao nível das representações, e contribui para produzir, com a opacidade própria da modernidade, a pluralidade dos sistemas de significação, através dos quais os homens tomam consciência do mundo em que vivem. Para que a vida humana seja possível, torna-se imperioso que os homens possam atribuir um sentido ao que vivem tanto sob o ponto de vista individual como colectivo.

Sendo verdade, como tem demonstrado a realidade, que não vivemos, hoje, num mundo onde há um sistema de significações que se impõe, certo é que à complexidade crescente do universo social, corresponde uma pluralidade infinita de sistemas de significação. Deste modo, as pessoas recorrerem, muitas vezes a subterfúgios, de maneira, cada vez mais individual, procurando vários sentidos para a sua experiência, sendo esta também cada vez mais parcial e localizada neste contexto extremamente complexo.

Os dados recolhidos pelos inquéritos que analisamos são bastante elucidativos. Tendo em conta a idade, o grau de escolarização e certamente outras características que não foram tidas em conta nesta recolha de dados, as pessoas encontram diferentes sentidos para a existência que não passam necessariamente pelo religioso: a saúde, a família, os amigos, a solidariedade, entre outros aspectos.

Uma coisa é certa. Vivemos, hoje, numa civilização onde a adesão religiosa é acima de tudo uma escolha pessoal, ainda que a família possa

exercer qualquer influência nesse sentido, pelo menos durante algum tempo. De modo geral, os indivíduos determinam-se, religiosamente, em virtude dos seus interesses pessoais e em função do tipo de racionalização simbólica que as suas condições de existência operam.

Em todo o caso, a incorporação numa comunidade religiosa, como já anteriormente o dissemos, não é mais um elemento constitutivo de identidade individual e social. Pode-se estar perfeitamente integrado, ser-se perfeitamente reconhecido nas diversas dimensões da vida familiar, profissional, política, social e cultural, sem pertencer a uma comunidade religiosa. E se tal acontece é uma escolha, uma opção voluntária e, cada vez menos, um constrangimento social.

Isto não deixa de exercer repercussões, na medida em que as comunidades de índole religiosa, independentemente da sua forma de organização, se transformam, cada vez mais em grupos de aderentes voluntários e não congregam todos os indivíduos que habitam num determinado espaço sócio-geográfico, tal o caso da paróquia, outrora símbolo de unidade do *rebanho* à volta do *pastor*. No interior desta e, mesmo na complexidade do seu espaço religioso, coabitam várias formas de religioso e procuras de sentido para a existência que, muitas vezes, se articulam com este. Sendo assim, o sistema de significações para a existência aparece cada vez mais fragmentado.

Factores dos quais dependem as escolhas da vida

Para 48 % dos inquiridos em análise, as escolhas da vida dependem dos deveres e das convicções. É interessante verificar que esta posição congrega, igualmente, homens e mulheres. Porém, são sobretudo os jovens, entre 15-19 anos, os que mais manifestam estas atitudes (cerca de 25 % das respostas obtidas neste sentido). Vamos, depois, encontrar uma outra concentração de respostas desta natureza, mas menos elevada, na população com 50 e mais anos (cerca de 12 %). Nos escalões etários entre 20-49 anos este tipo de resposta é muito mais diluído. Apenas cerca de 10 % declarou pautar as suas escolhas em função dos deveres e das convicções.

Sendo assim, isto permite-nos inferir que, contrariamente a opiniões correntes que tentam em fazer crer que a juventude dos nossos dias é bastante permeável às influências externas e, por isso, sem opiniões próprias, mais vulnerável em matéria de escolhas, aqui os jovens aparecem como aqueles que decidem e agem em consonância com as suas con-

vicções. Se estabelecermos a correlação entre este comportamento, não tão só restringido aos jovens, e o grau de escolarização, apercebemo-nos que quanto mais elevado for o grau de escolarização mais as pessoas pautam as suas escolhas pelas suas convicções. Esta atitude-comportamento inscreve-se numa lógica de racionalidade, que não deixa impune o campo religioso.

Quanto à influência de diversos factores, em matéria de escolhas, são sobretudo as convicções, a família e os amigos os que exercem um papel mais importante nesta matéria, como podemos constatar pelos dados do gráfico n.º 4. Isto revela-nos, por um lado, que um grande número de pessoas age em conformidade com as suas convicções e daí a importância das crenças, das ideologias, dos sistemas de valores e das representações sociais no redimensionar das atitudes e dos comportamentos e, por outro, que é no domínio das relações inter-pessoais mais próximas que as influências mais se fazem sentir.

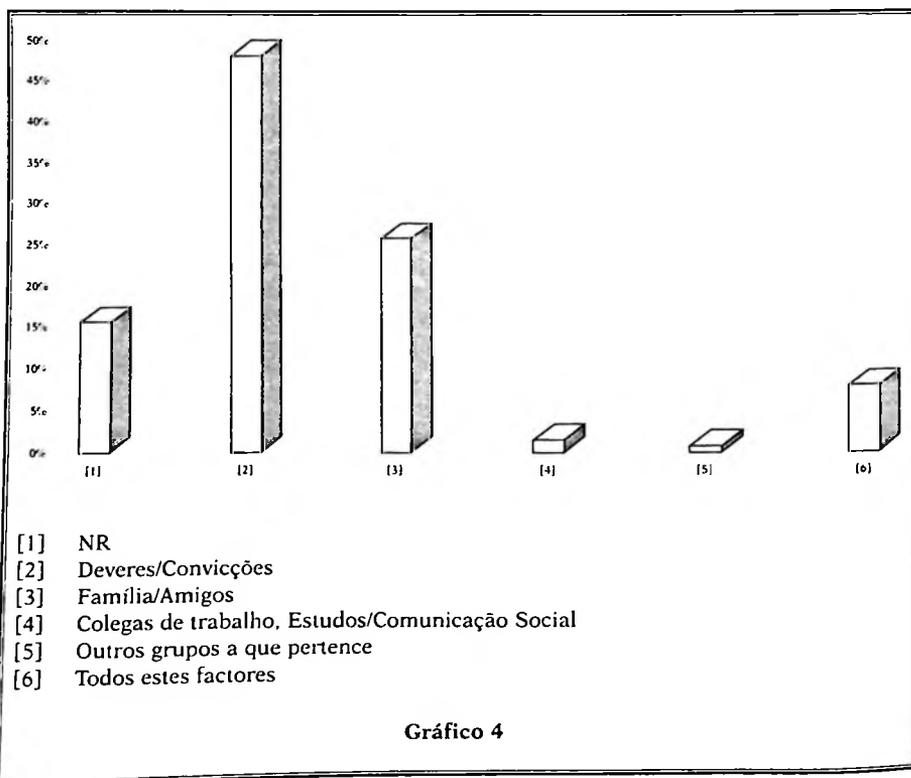
Convicções

No que se refere aos amigos, na verdade a relação que se tem com estes distingue-se das outras e impõe limites diferentes das relações, por exemplo, com colegas e conhecidos. Ela é, por vezes, inexplicável, mas tem algo muito personalizado. É-se sempre amigo de alguém que se conhece bem e não vagamente. A nível geral, podemos conhecer muita gente, mas somos apenas amigos de algumas pessoas com quem criamos relações privilegiadas. Não há nada que obrigue alguém a ser amigo de outrem. Mas em contrapartida a amizade nem por isso é menos social pois que sendo inter-individual, constitui uma forma de relação social privilegiada. Para G. Simmel (1908) a amizade é por excelência uma forma de laço social, precisamente, pelo tipo de relações *sui generis* que desenvolve. Ela forma um dos elementos moleculares constitutivos da sociedade ainda que, por vezes, pareça imperceptível.

Ora, a sociedade urbana, a nível geral, cria o anonimato e relações sociais despersonalizadas. Ao invés, a amizade personaliza as relações e não pode fundamentar-se, continuamente, em encontros fortuitos e utilitários como acontece hoje, frequentemente, na vida das cidades que não param de crescer. Em si mesma, ela é linguagem do amor. É frequente ouvir os pais e os filhos falarem uns dos outros em termos de amigos. Não é difícil encontrarmos situações onde amigo e irmão são postos em pé de igualdade. Nos nossos dias, como as famílias são menos numerosas, constatamos, facilmente, como tanto os pais como os filhos investem bastante nos grupos de amigos, constituindo estes como que uma

forma de *laço familiar* alargado por afinidade, em termos de relações de inter-ajuda, de inter-relação e de sociabilidade privilegiadas. Com estes constróem solidariedades particulares e projectos de influências recíprocas. Encontramos, pois aqui, toda uma teia de elementos que podem, de algum modo, explicar esta importância atribuída aos amigos, em termos de influência.

Quanto à família, já vimos anteriormente que ela é extremamente valorizada pela grande maioria dos nossos inquiridos. Em termos de influência é, geralmente, no seu seio que se tece toda uma rede de cumplicidades que abarca os diversos aspectos da existência da vida humana e social. Convém também não esquecer a interdependência dos elementos da família. E no entender de A. Memmi (1979), a dependência recíproca é por excelência o que torna as pessoas solidárias e, diríamos nós, até interactivas. Não é, pois, de estranhar que a família apareça como um elemento decisivo quando se trata de influenciar as escolhas individuais.



Preocupações de ordem geral

As preocupações do universo em análise podem ser observadas através dos dados insertos no gráfico n.º 5. Elas gravitam em torno de uma preocupação de índole geral que vão desde a guerra, à fome, à fragilidade humana, aos problemas morais, sociais e institucionais, à falta de solidariedade, à droga, ao futuro e até à morte. A estas, juntam-se ainda preocupações de carácter religioso e de ordem pessoal, tal o caso da saúde. Mas são sobretudo a guerra, o futuro e a saúde a concentrarem valores mais elevados: 15 %, 14 % e 12 %, respectivamente.

Convém referir que a guerra e o futuro preocupam proporcionalmente os homens e as mulheres, embora com uma ligeira acentuação para os homens em relação ao futuro. Mas são sobretudo os mais jovens, os escalões etários com menos de 29 anos os que revelam maiores apreensões a este propósito. Isto pode ser interpretado à luz da realidade dos nossos dias que, sob o ponto de vista económico, profissional e ecológico é motivo de alguma inquietação, sobretudo, para os mais novos que têm diante de si um horizonte de vida mais alargado. Contudo, as perspectivas são, por vezes, envolvidas de alguma nebulosidade.

Na verdade, mais do que nunca, há uma grande incapacidade de prever o futuro e mesmo o real é indefinido, o que torna o homem moderno, por um lado, fascinado pelas maravilhas do progresso e, por outro indeciso, no interior de uma transformação contínua, face a um real incerto. Segundo G. Balandier (1988,153,178) *a modernidade sobre-activada é incessantemente produtora do desconhecido e em parte torna o homem estranho ao que ele criou... Indeciso o homem vive num mundo flutuante onde os princípios da ordem não são mais claramente legitimados nem facilmente identificados, onde a sua própria identidade permanece movediça e flutuante. Os slogans da actualidade e a moda indicam-no. É o tempo das aparências e das simulações, do vazio, do efémero, da rapidez e dos gozos precários, de uma cultura do inconsciente...e do saber de massas difundido na desordem, superficial e sem hierarquia das ideologias moles e do pensamento fraco.*

No que se refere à saúde, tal como já foi referido anteriormente, ela continua a ser objecto de preocupação para um certo número de pessoas. Isto indica-nos que estas dão cada vez mais importância ao bem-estar físico, psíquico e social. Assim, tudo indica que as pessoas evacuam cada vez mais a ideia do sacrifício e do sofrimento, que sublimados poderiam ser penhor de salvação na vida do além. Sob certos aspectos, a salvação é hoje procurada *hic et nunc*, sempre com o objectivo de alcançar o máximo de prazer e bem-estar. Ora, a saúde parece ser o elemento fulcral para atingir estes objectivos. Importa ter também em conta que as pessoas estão hoje, por um lado, mais sensibilizadas para os cuidados a ter

com a saúde e, por outro, são confrontadas com um conjunto de doenças para as quais ainda não se vislumbra a cura. Logo, a preservação da saúde é sinónimo de preservação da própria vida.

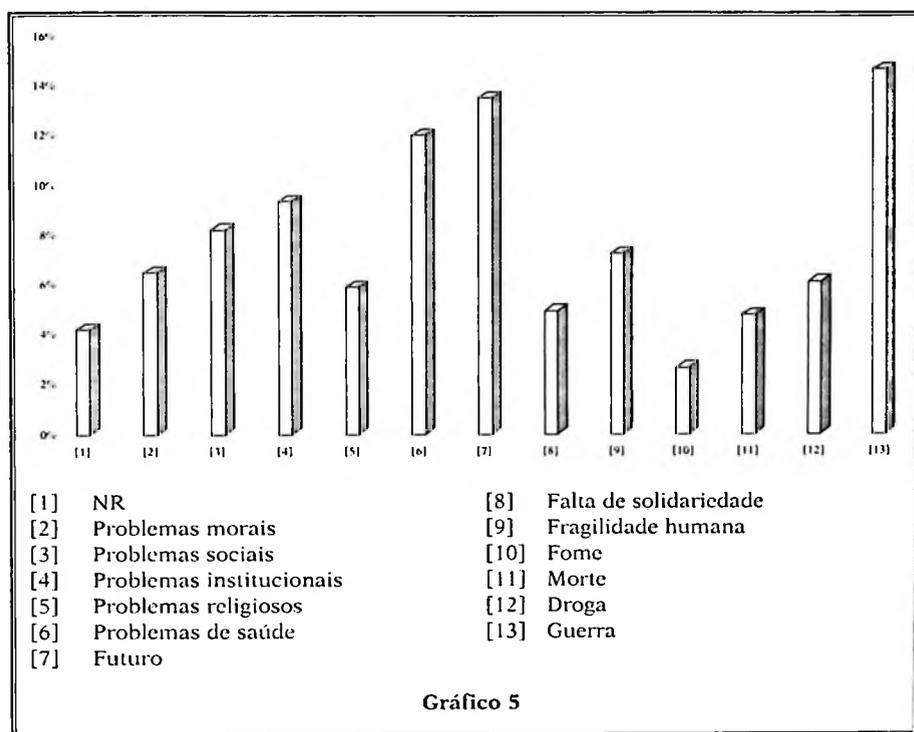
Haverá ainda lugar para dizer que na Bíblia, tanto no Antigo como no Novo Testamento, a saúde é um dos elementos essenciais para a felicidade. Nesta óptica, a importância atribuída à saúde não pode esgotar-se numa perspectiva física, mas numa totalidade integrada da pessoa humana: corpo e alma. Muitos dos milagres de Jesus Cristo referem-se a curas de várias enfermidades que integram, simultaneamente, os males físicos, psíquicos e espirituais (Mt 9,2-6).

É, justamente, a partir desta dimensão do corpo, na sua integralidade, que pode entender-se esta preocupação das pessoas com a saúde, como elemento essencial de felicidade. Mas convém ir mais longe na exploração da natureza e alcance desta situação. O corpo é, hoje, extremamente valorizado e ocupa um lugar central na busca de felicidade. Porém, ele não é reduzido à sua dimensão física. Já vimos que se recorre, cada vez mais, aos serviços de saúde, não só para tratar a doença, mas também para a evitar.

Recorre-se, igualmente, a outros tipos de serviços de mediação, para que a sensação de bem-estar corporal seja total: psicólogos, psicanalistas, psiquiatras, terapeutas de várias ordens, emergindo estes, em alguns casos, de vários universos relacionados com o sagrado, terapias de grupo, várias modalidades de ginástica e assim por diante. Ao mesmo tempo que se investe, cada vez mais, na maximização do potencial humano, procuram-se desenvolver recursos inexplorados da personalidade individual recorrendo, para isso, a várias técnicas que favoreçam a tomada de consciência de si próprio e das suas potencialidades e de desbloqueamento das inibições. Doravante, o corpo não é mais concebido como uma entidade separada, mas um todo integrado, de onde emana a mais completa sensação de bem-estar humano.

Convém ainda lembrar, que, ao longo dos tempos, a religião exerceu um papel importante no que se refere à preservação da saúde, à doença e à busca da cura. As promessas, votos e romarias, particularmente em honra de Nossa Senhora e dos Santos para implorar protecção para a saúde, a cura para as doenças e agradecer as graças alcançadas perante as enfermidades, foram e são ainda prática corrente. E quanto mais os casos são desesperados e, inversamente, menores são as probabilidades de cura, através da ciência médica, mais o recurso ao sagrado se afigura provável.

Com este quadro de referências, podemos compreender melhor a preocupação destes inquiridos com a saúde que não se limita à ausência



de doença, mas ao mais completo bem-estar físico, psíquico e social (OMS). É neste sentido, que do nosso ponto de vista, a saúde pode ser entendida como um pilar fundamental para a construção da felicidade.

Participação social, cultural e religiosa

No atinente à participação social os dados insertos no gráfico n.º 6 permitem-nos concluir que ela não é prática corrente entre os nossos inquiridos. Apenas 11 % declararam pertencer a instituições de natureza sócio-cultural e as actividades de índole religiosa, cultural e humanitária são aquelas em que mais se empenham. Aparece, em primeiro lugar, a Legião de Maria, as Confrarias, a Liga Eucarística, o *SchorNSTalt* mariano e o escutismo, entre outros. É importante referir que são, sobretudo, os escalões etários 15-19 anos e com 50 ou mais anos os que mais se empenham neste tipo de actividades, contrariamente, aos grupos etários dos 20-49 anos.

No primeiro caso, trata-se de uma fase da vida em que os jovens estão ainda bastante acompanhados pela família, podendo esta exercer uma certa influência, a este propósito. Também os grupos de amigos são nesta fase da vida, menos dispersos o que não é tanto o caso com a entrada na Universidade ou na vida profissional. Aqui, as influências multiplicam-se e algumas interferem mesmo no universo do religioso e nas práticas e empenhamento relacionado com o mesmo. No que se refere aos grupos etários com 50 e mais anos, para além de uma maior disponibilidade de tempo nesta fase da vida, por razões, anteriormente, apontadas há, também, que ter em conta uma maior solidificação das práticas tradicionais

Quanto aos escalões etários entre 20-49 anos, podemos interpretar esta falta de empenhamento como sendo um período da vida em que as pessoas estão mais ocupadas com a família e até com certos afazeres profissionais. Disto falámos anteriormente. Mas, certamente, haverá que integrar este comportamento num fenómeno social mais generalizado que nos vem revelando que as pessoas se empenham menos em causas colectivas que exigem uma certa mobilização mais ou menos aturada.

Em segundo lugar aparecem as instituições de cariz cultural com aproximadamente 3 %. Merecem aqui particular destaque as organizações como as sociedades filarmónicas e os grupos corais. Neste caso, os homens consubstanciam o dobro das mulheres. Por razões de todos conhecidas, este comportamento inscreve-se numa lógica social que vem demonstrando que os homens se empenham mais em actividades sócio-culturais do que as mulheres e, inversamente, no que se refere à religião.

Em terceiro lugar, surgem as organizações de carácter humanitário com cerca de 2 %. Inscrevem-se neste domínio a Cruz Vermelha, Instituições de apoio a toxicodependentes, voluntariado em hospitais e outras similares. Aqui são, sobretudo, as mulheres as que mais se ocupam destas actividades e situam-se, particularmente, nos dois extremos das faixas etárias desta população experimental: 10-14 e 50-59 anos. Podemos ver, por um lado, que as actividades acima apontadas, mais exercidas por mulheres, prolongam as suas funções maternas para lá do universo familiar; por outro, estamos também perante uma população que, nestas faixas etárias, está menos ocupada com actividades familiares e profissionais dispendo, assim, de mais tempo livre para se dedicar a este tipo de actividades.

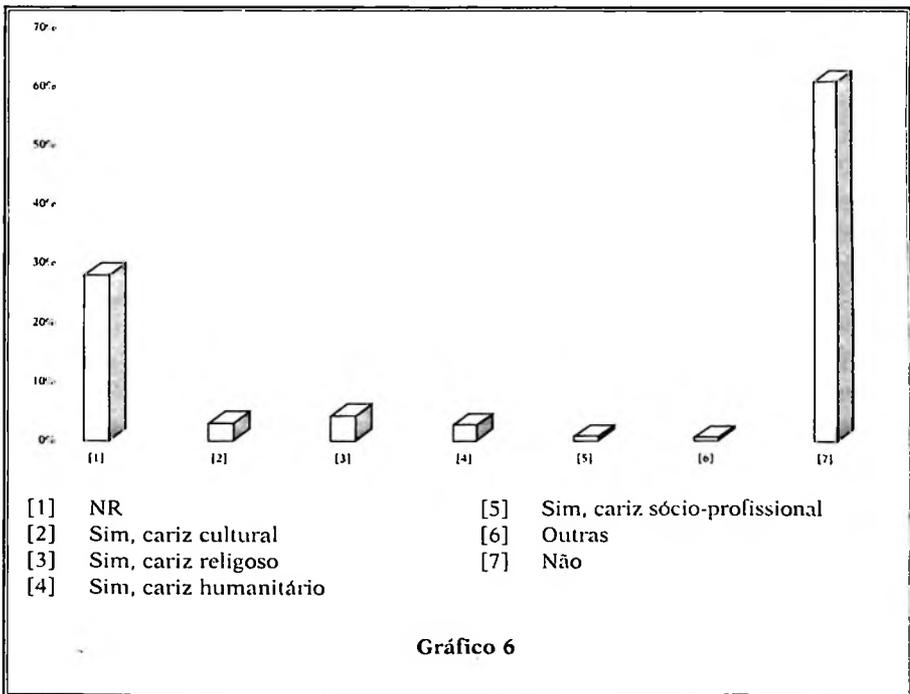
Quanto aos inquiridos que afirmaram não pertencer a nenhuma organização de cariz sócio-cultural, interrogados sobre *se gostariam de pertencer a qualquer organização deste tipo e, em caso afirmativo, em que actividades gostariam de se empenhar*, a maioria pronunciou-se a favor de

organizações de natureza social e humanitária. Destes, cerca de 70 % são mulheres. Tendo em conta a idade são, sobretudo, os grupos etários entre 15-19, 40-44 e 50-59 anos os que mais manifestam esta apetência. Há também uma correlação entre o grau de escolarização e a vontade de se empenhar neste tipo de actividades. Esta aumenta à medida que aumenta a escolarização

Surgem-nos ainda as actividades recreativas, onde se inclui a música, o desporto e a dança. Esta posição é igualmente partilhada por homens e por mulheres dos grupos etários de 15-19 e 35-39 anos. Tendo em conta o grau de escolarização refira-se que ela não exerce um papel importante nesta predisposição.

Por fim aparece o interesse pelo Escutismo com um índice de respostas na ordem dos 2 %. É sobretudo o escalão etário de 15-19, independentemente do sexo, o que mais se interessa por este tipo de actividade.

Indagando sobre as razões que impedem as pessoas que responderam não participar em qualquer tipo de actividade social e cultural, mas que gostariam de o fazer, foram apontadas a falta de tempo, os afazeres



profissionais e outras que se prendem, por um lado, pela incapacidade dos órgãos dirigentes das organizações existentes em mobilizar novos elementos e, por outro, por considerarem que isso, possivelmente, em certos casos, não mudaria grande coisa. Há situações em que as coisas estão de tal maneira previstas e enquadradas que deixam pouco espaço para uma intervenção criativa e participativa, conduzindo, deste modo, muitos a alhearem-se de um maior empenhamento social e cultural.

No nível em que nos situamos, o que aparece nestes resultados inscreve-se numa tendência mais generalizada, actualmente, em voga nas sociedades ocidentais e que vai no sentido de um assinalável alheamento de grande parte da população, relativamente, ao empenhamento político, social e cultural. Compreende-se, então, que, ao procurar as razões para as dificuldades de empenhamento religioso da parte de muitos cristãos, mesmo praticantes, se tenha que ter em conta esta tendência social.

Tipificando um pouco, em relação à participação-não participação por parte dos cristãos na Igreja, encontramos, hoje, embora de forma esquematizada, quatro categorias de atitudes e comportamentos mais correntes: os *devotos*, que praticam assiduamente e acatam as normas definidas pela Igreja, mas que, em termos de empenhamento, tem, sobretudo, uma atitude passiva e são normalmente, mais consumidores do que produtores de serviços; os *militantes*, que, sendo praticantes como os outros, se empenham activamente em diversas actividades no interior da Igreja e até da sociedade; os *festivos* que apenas procuram, e, por vezes, exigem mesmo, um certo número de serviços da Igreja em ocasiões pontuais da existência e até são capazes de participarem em algumas actividades, tal, por exemplo, o caso das festas e das procissões; os *indiferentes* que, sendo, embora, baptizados, se afastaram da Igreja e parecem, portanto, nada a ter que ver com o que ela faz.

Mas, ainda aqui, reconhecemos ser necessária alguma precaução de classificação, pois, que a realidade é, hoje, multiforme no que se refere às posições assumidas perante o sagrado e, até, face à Igreja. Há várias estratégias e articulações possíveis a partir de uma mesma categoria. Segundo as circunstâncias aproveitam-se e combinam-se certos elementos e retiram-se outros.

Em suma, tendo em conta os resultados acima apresentados, damos conta que a participação social e cultural, embora incentivada por todas as forças económicas, sociais, políticas e culturais não é uma prática corrente nem é almejada pela maioria dos nossos inquiridos.

Sendo assim, e se esses modos peculiares de se posicionar perante o social e o cultural correspondem a um certo panorama do contexto sócio-

-cultural em que vivemos, podemos, agora, olhar para a posição dos leigos praticantes sobre esta problemática.

Solicitados a darem a sua opinião sobre a consulta e comprometimento dos cristãos na vida paroquial, 69 % dos inquiridos é favorável ao incremento desta prática. Os escalões etários com maior representatividade englobam pessoas com 50 e mais anos. No que se refere à escolarização, 31 % desta população é detentora do ensino básico e cerca de 20 % frequenta ou frequentou o ensino secundário. São, ainda, os inactivos, 29 %, os que assumem maior relevância em termos de subcategoria sócio-profissional. Convém, no entanto, informar que na população em análise o grupo dos inactivos é, essencialmente, constituído pelos reformados, pelas domésticas não assalariadas e pelos estudantes.

Para compreender o alcance da participação em iniciativas na paróquia, vale a pena determo-nos sobre os dados recolhidos. Os resultados apontam no sentido de uma participação mais activa, por ordem decrescente: Liturgia, Iniciativas a favor dos pobres e Catequese. No entanto, trata-se de posições diferenciadas segundo a idade, o sexo e a escolarização. São, sobretudo, as mulheres com o ensino básico e, em menor grau, a frequentarem o ensino secundário, neste caso, com idades compreendidas entre 10-19 anos e a partir dos 50 anos, que mais declaram participar em iniciativas em favor dos Pobres, Idosos, Marginais e na Catequese. Quanto à Liturgia regista-se ainda uma elevada participação das mulheres entre os 45-60 anos. A partir desta idade, a participação é, igualmente, extensiva aos homens.

Estas tendências abrem a porta a uma reflexão sobre a relação entre a religião, o compromisso dos cristãos e a cultura nos nossos dias. De maneira geral, verifica-se uma correlação inversa entre a divulgação-aumento da escolarização e a adesão-empenhamento dos cristãos. Isto faz-se notar, ainda, quando à população em análise é posta a questão da formação religiosa. Apenas 21 % aprofunda frequentemente com outras pessoas os ensinamentos da Igreja e 20 % fá-lo em relação ao Evangelho; 37 % declara fazê-lo algumas vezes; 24 % nunca o faz; 18 % da população não respondeu à questão. Esta tendência manifesta-se, ainda, no que se refere aos cursos de formação religiosa organizados pela paróquia. Cerca de 40 % dos inquiridos não seguiu nem segue um curso desta natureza; 28 % fá-lo algumas vezes; 16 % fá-lo frequentemente; 16 % não respondeu à questão.

Tendo em conta a idade, são, sobretudo, os jovens, entre 10-19, anos que declaram nunca terem seguido um curso de formação religiosa e, inversamente para a população com mais de 45 anos. Ora, é precisamente, na idade jovem, quando mais se intensifica a formação escolar,

que a formação religiosa parece estar ausente. Verifica-se, pois, como que uma demarcação entre a necessidade de prosseguir e intensificar a formação escolar, ao invés do que se passa para a formação religiosa. Tal situação, permite-nos concluir que a formação religiosa dos jovens continua, ainda, muito restringida à catequese, durante a infância e a adolescência. Sendo assim, arriscamo-nos a ter pessoas, cada vez mais cultas, sob o ponto de vista escolar, mas quiçá, *analfabetas*, ou pelo menos, muito pouco instruídas sob o ponto de vista religioso e doutrinal.

Representações sobre a vivência religiosa dos cristãos

Tendo em conta que a representação social é o que articula, organiza e estrutura os elementos de informação em relação a determinado objecto, no caso em análise, procura-se recolher elementos que permitam radiografar a percepção que o mundo tem da vida dos cristãos. Assim, os dados do gráfico n.º 7 mostram-nos que eles se articulam em torno de três eixos: religião, coerência de vida e solidariedade. Em contrapartida, o que mais os desaponta é a incoerência de vida dos cristãos.

De facto, nos nossos dias, há por vezes, um desfasamento entre os princípios perfilhados pelo Cristianismo e a vida real de alguns cristãos. Estes, em muitas circunstâncias, confundem-se com os valores do tempo e não conseguem ser o tal fermento na massa de que fala Jesus Cristo no Evangelho (Mt 13,23). Toma aqui sentido a expressão popular de que *a palavra convence mas o exemplo arrasta*. Na verdade, hoje parece exigir-se aos cristãos uma pastoral de testemunho num mundo cada vez mais indiferente à religião.

O Concílio Vaticano II atribui uma importância fulcral a este aspecto. *O apostolado no meio social, isto é, o empenho em informar de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que se vive, são incumbência e encargo de tal modo próprios dos leigos que nunca poderão ser plenamente desempenhados por outros. Neste campo, podem os leigos exercer um apostolado de semelhante para com semelhante. Aí completam o testemunho da vida pelo testemunho da palavra. Nesse campo de trabalho, da profissão, do estudo, da residência, do tempo livre ou da associação, são eles os mais aptos para ajudar os seus irmãos* (Concílio Vaticano II, 1976, 249)

Com efeito, a moralidade de um grupo tem fundamentos religiosos ou profanos, mas que os não aderentes a esse grupo não deixam de ter em conta. Sendo certo que este é, precisamente, um dos domínios em que são mais flagrantes as ambiguidades entre princípios e práticas, ganha alguma plausibilidade o argumento que, hoje, ainda mais do que noutros

tempos, os aspectos da adesão ritualista não são suficientes para identificarem os cristãos. Vivemos hoje num mundo paradoxal no que se refere ao religioso, ao crível e às práticas que daí decorrem.

Levando até às últimas consequências esta relação entre princípios e práticas, como estrutura de representação dos cristãos, o que terá de concluir-se é que, de facto, é elevada a capacidade de se encontrarem construções representativas algo complexas. A realidade mostra-nos que, em termos religiosos, não vivemos hoje numa civilização das práticas, mas também não é menos verdade que a religião cristã é, muitas vezes, apreendida em função das práticas que suscita nos seus aderentes.

Como se compreenderá, várias são as perspectivas sobre a Igreja recolhidas por este trabalho. Estas não deixam de estar correlacionadas com as representações que se têm forjado, ao longo dos tempos sobre a Igreja e a sua inter-relação com a sociedade, a nível geral e a vida dos cristãos em particular.

Pensamos, finalmente, que os resultados do inquérito aos leigos constituem um manancial de informação para compreender as representações que os cristãos praticantes têm da Igreja e, mais concretamente da paróquia. Esta objectivada, pelos mesmos, a partir de dois ângulos: as estruturas e as percepções.

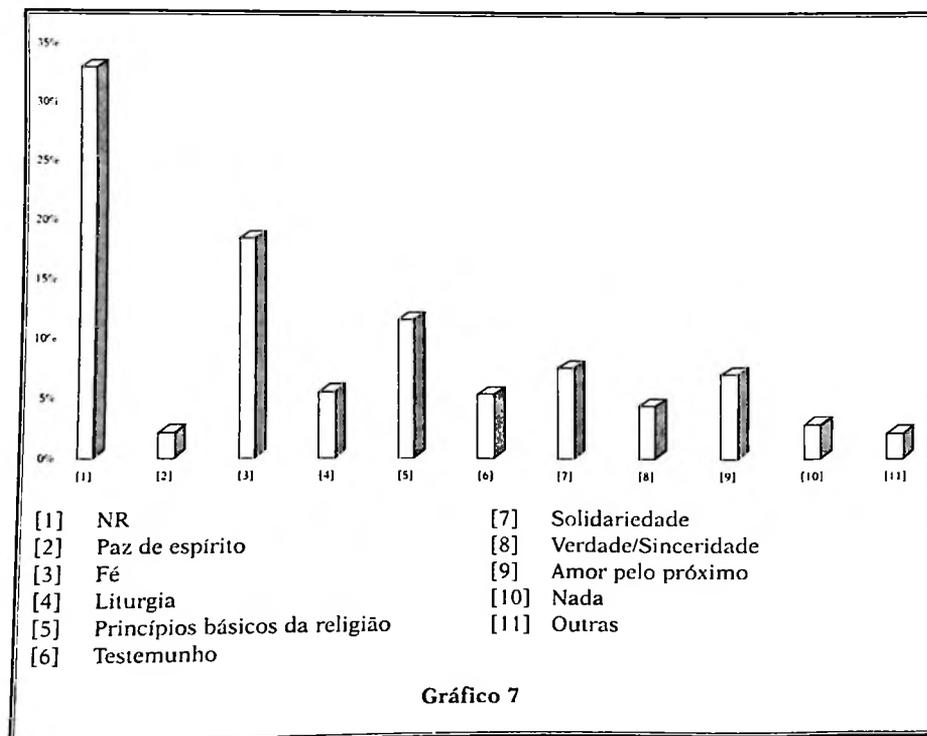
Quanto às primeiras um número significativo de inquiridos não se pronunciou sobre este aspecto. Todavia, 39 % da população em análise considera que o Conselho Económico Paroquial funciona relativamente bem e 32 % partilha de opinião idêntica em relação ao Conselho de Pastoral Paroquial e às Equipas paroquiais.

Para um melhor esclarecimento destas posições saliente-se, mais uma vez, que são, sobretudo, os jovens de 15-19 anos os que pensam desta maneira: 48 %. Trata-se, no essencial, de uma população que, normalmente, não exerce funções nestes órgãos. Mas interessa, também, referir que 39 % dos inquiridos, entre 40-44 anos, partilham deste ponto de vista. Neste caso, estamos perante um grupo que, regra geral assume funções nos órgãos acima indicados. Assim, se no primeiro caso podemos ficar mais no domínio das representações, neste último, estas podem ser aliadas à experiência. Se tivermos em conta as influências da escolarização e da situação perante a profissão voltamos a encontrar as características indicadas anteriormente. Aliás, estas, com pequenas oscilações num caso ou outro, são constantes em todas as questões do inquérito.

Com este quadro de referências podemos, agora, olhar do lado das percepções sobre a paróquia. Assim, 46 % dos inquiridos consideram que a paróquia está inserida no serviço para com o mundo e tem uma boa imagem da sua acção na Liturgia, nos Sacramentos, e na Acção social. Estes resultados são, significativamente, os mesmos quando nos referi-

mos à representação que os inquiridos têm da capacidade de liberdade de expressão-diálogo-discussão na paróquia. Contudo aparece algo de novo quando olhamos para a idade dos inquiridos, ao pronunciarem-se sobre a acção da paróquia em prol da Paz e da defesa dos Direitos Humanos. São, particularmente, aqueles que se encontram nos escalões etários entre 20-29 anos, os que têm uma opinião mais favorável a este propósito. Quanto ao sexo, tendo em conta que esta população experimental é constituída por 54,8 % de mulheres e 42,2 % de homens e 3 % não se identificaram a este propósito, as diferenças percentuais que aparecem entre homens e mulheres são, quase sempre, tributárias da própria amostragem.

Observe-se, no entanto, que quando se trata de questões que exigem um maior conhecimento de alguns aspectos da vida da Igreja, mulheres e homens aparecem diferentemente informados e implicados. Assim, no que se relaciona com o Sínodo Diocesano e a organização de grupos sinodais, a nível paroquial, as mulheres manifestam-se mais informadas do que os homens, com particular relevância para a população com 60 e mais anos. Este comportamento poderá ser explicado à luz da realidade



da vida paroquial. Normalmente, as mulheres participam mais na Catequese, na Liturgia, nos Grupos corais, na Acção social, entre outras actividades. Tal situação permite-lhes um contacto mais directo e imediato com a informação veiculada, normalmente, através do pároco.

Em contrapartida, quando se passa ao empenhamento e à contribuição pessoal para o bom resultado do Sínodo, constatamos que mulheres e homens se mostram, igualmente, dispostos a colaborar para o seu pleno funcionamento.

Quanto às expectativas sobre o Sínodo elas situam-se em três níveis: Paróquia, Arciprestado e Diocese. A todos estes níveis são apontados três aspectos primordiais: maior participação e empenhamento cristão; mais colaboração e compreensão entre os diversos agentes da pastoral (Sacerdotes, Leigos e Religiosos), e destes com a sociedade envolvente; possibilidade de renovação cristã e abertura das mentalidades. Preconiza-se, ainda para a diocese, maior organização, mais colaboração com as paróquias; mais abertura e diálogo entre a Igreja e a sociedade e actualização das ideias, sobretudo, em matéria de moral familiar que não deixa de preocupar muitos cristãos.

Estas aspirações são, ainda, corroboradas quando são pedidas sugestões de assuntos a comunicar ao Sínodo. Neste sentido, são apontados temas como um maior empenhamento na Evangelização, no aumento da tolerância quando se trata do diálogo entre a Igreja e a sociedade, maior autenticidade dos cristãos e mais humildade da parte do clero.

Resta-nos, enfim, falar das representações sobre as várias componentes da vida paroquial: relações entre Sacerdotes, Leigos e Religiosos. Assim, para a população inquirida, 17 % considera que esta relação satisfaz muito; 41 % satisfaz bastante; 24 % satisfaz pouco; 4 % não satisfaz; 14 % não respondeu. Denota-se, pois, uma opinião favorável, quanto a este tipo de relações.

Indique-se, contudo, que estes resultados são algo diferentes quando se trata de apreciar a relação entre a paróquia e as diferentes instituições existentes no território. Das respostas obtidas verifica-se que 38 % dos inquiridos é de opinião de que existe colaboração em geral; 37 % considera que há relações com algumas e falta de relação com outras; 13 % é de opinião de que há indiferença; 3 % pensa que há conflito. Verifica-se, porém, que é na população entre 35-49 anos que há maior concordância com o primeiro ponto, enquanto a de 15-24 se liga ao segundo. Se tivermos em conta a escolarização, constatamos haver uma predominância do ensino básico nos que são favoráveis ao primeiro aspecto. Inversamente, no grupo de 15-24 anos, mais favorável ao segundo ponto, há um índice mais elevado do ensino secundário. Sob o ponto de vista

profissional, o primeiro ponto congrega, maioritariamente, a opinião da categoria sócio-profissional dos empregados e o segundo dos operários.

Olhemos agora os resultados no que se refere à opinião sobre o papel das homilias das festas populares e de outros encontros na Evangelização. São, sobretudo, as homilias que reúnem maior consenso a este propósito: 69 % dos inquiridos considera que as homilias evangelizam; 20 % dizem que evangelizam mais ou menos; 3 % é de parecer contrário: não evangelizam. As opiniões diversificam-se mais, no que toca às festas populares. Apenas 16 % dos inquiridos tem uma opinião favorável a este respeito. Para os restantes, 37 % pensa que evangelizam mais ou menos; 26 % considera que não evangelizam; 20 % não respondeu. A opinião das mulheres, quanto às homilias, é maioritária nos escalões etários entre 10-25 anos e 45-59 anos. Observa-se, ainda, uma maior concordância, em relação a este assunto, nos indivíduos detentores do ensino básico (cerca de 31 %) e menor nos que frequentam ou frequentaram o ensino secundário (22 %) Tendo, porém, em conta os graus de escolarização da amostragem, em geral, estes resultados parecem assumir algum significado. Denota-se, de algum modo, que quanto mais baixos são os graus de escolarização, mais tendência há para estar de acordo com o primeiro aspecto.

Os resultados são algo diferentes no que se refere ao papel das festas populares e os outros encontros sobre a evangelização. No primeiro caso, 37 % dos inquiridos considera que evangelizam mais ou menos; 26 % que não evangelizam; 16 % que evangelizam; 20 % não respondeu à questão. Quanto à idade, são, sobretudo, os escalões etários entre 10-34 anos os que apresentam maior concordância sobre o assunto. No que se refere à escolarização, estão, neste caso, os grupos mais letrados da população em análise. Por fim, no que se refere aos outros encontros, constatamos que, aproximadamente 44 % dos inquiridos, consideram que evangelizam mais ou menos; 25 % são de opinião que evangelizam; 5 % que não evangelizam; 20 % não respondeu à questão. Se tivermos em conta a idade, repete-se, aqui, a situação que acaba de ser designada para as festas populares. Há, porém, alguma alteração quanto à escolarização. Aqui, é a população detentora do ensino básico e a que frequenta o ensino secundário a que tem opinião mais favorável a este propósito. Correlacionando esta posição com a profissão é, sobretudo, a população inactiva que é portadora desta opinião.

Podemos, pois, concluir que, na opinião desta população, são, sobretudo, as homilias que exercem um papel mais preponderante na evangelização local. Na verdade, para a maioria dos católicos praticantes, para além de outras virtudes das homilias, estas constituem, de algum modo, a única forma de *catequese* que se prolonga, continuamente, ao longo

da vida. Compreende-se, assim, esta valorização das mesmas em relação à evangelização.

Quanto às correlações gerais que podemos estabelecer entre os vários resultados, o sexo, a idade, a escolarização e a posição perante a profissão, voltamos a encontrar as características, anteriormente assinaladas. A população mais jovem, em vias de aumentar a sua escolarização e com um elevado índice de inactivos e a população acima dos 50 anos, pelo contrário, menos escolarizada, mas também com bastantes inactivos, têm opinião mais favorável sobre estes aspectos e, inversamente, para os restantes, onde o universo das representações é mais difuso.

Perante estas atitudes denota-se, em geral, uma certa passividade e conformismo da população em análise no que se refere à vida da paróquia. Compreender-se-á, na sequência de tais posições e do olhar sobre a realidade, que, normalmente, um menor índice de escolarização e de formação religiosa e doutrinal induz nas pessoas um sentido menos crítico em relação aos acontecimentos e à realidade social, cultural e religiosa (Cerca de 30 % da população em análise possui apenas o ensino básico e 5 % não tem nenhuma habilitação escolar).

Na vida real, a situação, sendo algo diferente para os jovens, normalmente, mais escolarizados, menos conformistas, mais irreverentes e interventivos, eles assumem, aqui, em muitos casos, posições idênticas às dos grupos etários com 50 e mais anos. Convém, no entanto, lembrar que entre os inquiridos, cerca de 20 % têm menos de 20 anos e, entre estes, 8 % têm menos de 15 anos. Ora, quando se é, ainda, adolescente ou muito jovem está-se menos iniciado à prática da intervenção, do debate e do olhar crítico sobre a realidade. E isto, com maioria de razão no domínio do religioso, tendo em conta que a sua formação é menos intensa e a sua participação na organização da vida da paróquia menos interventiva.

Estas particularidades, adquirindo alguma relevância, induzem-nos a procurar compreender as lógicas comportamentais dos outros grupos etários, entre 20-49 anos, em relação à intervenção e à apreciação na vida da paróquia. No conjunto, eles constituem cerca de 43 % dos inquiridos do Inquérito aos Leigos. Em muitos casos, eles estão em situação algo diferente quanto à escolarização, ao emprego e até à família. Por exemplo, é, essencialmente, nestes grupos que se encontra uma maioria de Licenciados. Ora, os resultados recolhidos pelos dois inquéritos, vêm revelar que nesta fase da vida as pessoas atribuem menos importância à religião e empenham-se menos nas actividades da paróquia, contrariamente à vida activa profissional, à família e até à política e outras actividades afins.

Nestes condicionalismos concretos poder-se-á, então, pensar que se está perante uma consequência expressiva da realidade individual, e

colectiva. Sendo assim, serãõ a religiãõ e o empenhamento activo em actividades paroquiais relegados para fases da vida, onde as pessoas estejam mais libertas de outras tarefas familiares e sociais e os jovens mais enquadrados pela família? Do nosso ponto de vista, a questãõ prevalece. Por um lado, o facto de uma menor expressãõ da vivência religiosa e, até, de uma menor participaçãõ na açãõ pastoral paroquial podem não significar, apenas, indiferença perante elas; por outro, não se trata de repensar as prioridades, mas antes como articulá-las, tendo em conta as características do contexto social e cultural em que vivemos.

A percepção da Igreja como alfobre de respostas para a vida

Como podemos verificar nos elementos insertos no gráfico n.º 8, este inquérito procurou também saber se a Igreja na diocese, na paróquia e nos movimentos fornecia elementos de resposta para as questões e preocupações das pessoas. Cerca de 39 % dos inquiridos consideram que sim, 27 % que apenas algumas vezes, 19 % que não ajuda e 14 % não responderam à questão. Quanto ao sexo dos inquiridos são, sobretudo, as mulheres (25 %) as que mais consideram que a Igreja as ajuda na procura de resposta para as suas questões.

No que se refere à idade, esta resposta é partilhada por 11 % das pessoas que têm 50 e mais anos. Nos escalões etários entre 25-34 anos as opiniões aparecem extremamente divididas e é aqui que se encontra uma percentagem mais elevada dos que consideram que a Igreja não ajuda a encontrar resposta para as questões da vida. São sobretudo os homens que se pronunciam deste modo. Há também uma correlação entre o grau de escolarização e as atitudes perante este fenómeno. Quanto mais elevado é o grau de escolarização maior é a percentagem de pessoas que tem esta percepção. Convém no entanto notar que no grupo etário 15-19 anos 24 % frequenta o Ensino Unificado e o Curso Complementar.

Estamos aqui perante uma consequência expressiva da mudança do papel da Igreja do passado e do presente, em termos de fornecedora de respostas de sentido, de orientação e até da realidade prática da existência individual e social. As funções desempenhadas pela Igreja, a este respeito, continuam a ter maior impacto junto de um público feminino, menos escolarizado e mais idoso, em detrimento dos grupos etários entre os 20-49 anos.

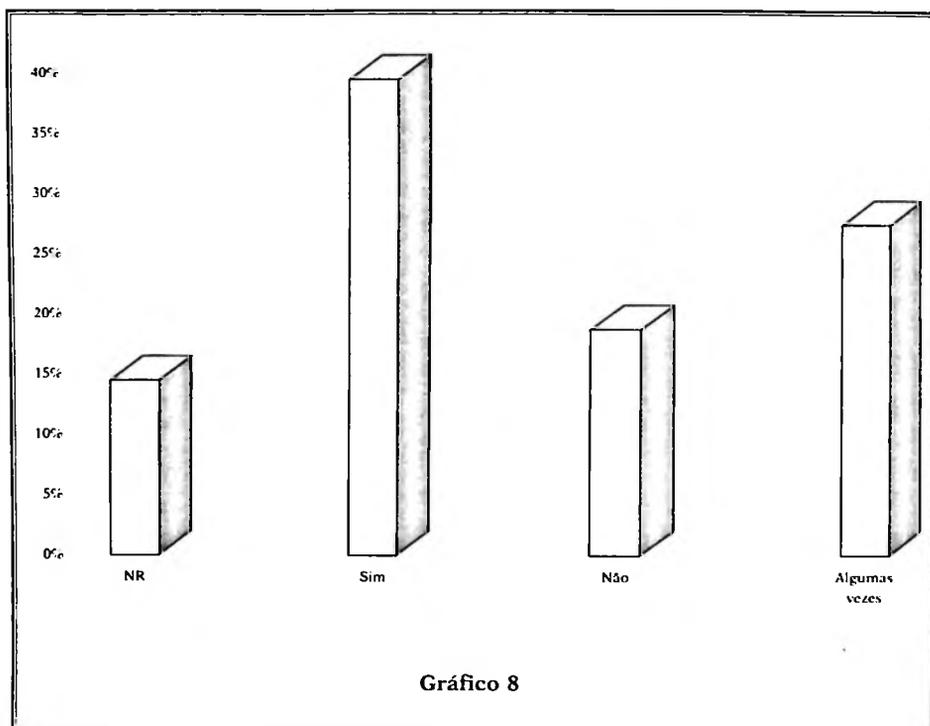
Esta situação inscreve-se numa outra mais geral que se prende com a própria adesão ao Cristianismo e suas orientações. Nas sociedades ocidentais, as mulheres aderem mais ao religioso do que os homens. Não é, por isso, de estranhar que procurem mais a Igreja e os mecanismos de

que ela dispõe para encontrar respostas para os seus problemas. Por exemplo, a direcção espiritual, era ou é ainda, uma prática mais seguida pelas mulheres do que pelos homens. Aliás, a mulher, enquanto mãe e esposa, sempre foi uma aliada da Igreja junto da família (J. Donzelot, 1977). Não é, pois, de estranhar, que ela procure junto da Igreja não apenas orientação para as suas próprias questões, mas até para os que lhe estão mais directamente ligados.

No que se refere aos escalões etários 20-49 anos, o primeiro grande problema, e que aliás é dos de mais difícil apreensão pelos crentes e não crentes, em geral, prende-se com uma certa contradição entre princípios e práticas de vida. Na verdade, a Igreja, considerando-se a garante e a guardiã do magistério moral, entra muitas vezes em colisão com a sociedade, isto é, com uma certa permissividade dos costumes, e até com uma parte dos seus membros, sobretudo, quando legisla em matéria de sexualidade e de procriação. Ora, é nestes grupos etários que, habitualmente, estes problemas se agudizam. Daqui podermos inferir existir alguma correlação entre esta situação e a opinião destes grupos, onde se situa o maior índice de respostas que consideram que a Igreja ou não responde ou responde pouco às suas questões. Aliás, no inquérito aos leigos, é feita referência a estas questões concretas, logo que se pedem sugestões de assuntos a abordar pelo Sínodo diocesano.

Convém ainda ter em conta, como já anteriormente o referimos, que, actualmente, a Igreja e a religião não são as únicas fornecedoras de sentido para a existência e para as questões da vida. Aumenta, progressivamente, o campo de intervenção das assistentes sociais, dos médicos, dos psicólogos, dos psiquiatras, dos psicanalistas, dos conselheiros conjugais, dos pedagogos e até dos videntes. Isto atinge tanto mais significado quanto as pessoas vão acedendo a níveis mais elevados de escolarização e até a melhores níveis e diferentes modos de vida.

Há, pois, algo incontroverso: o universo de significações de *oferta* e de *procura* é hoje plural, e a Igreja e a religião que veicula, é uma entre outras, ainda que ela continue a exercer um papel importante a este respeito. Daqui decorrem algumas consequências. Será a Igreja, concretamente na diocese de Braga capaz de continuar a produzir, numa sociedade caracterizada pela dispersão, um sistema de significações e de respostas para as questões das pessoas, nas suas mais variadas situações? Que mecanismos conseguem ser mobilizados para atingir estes objectivos? Isto constituem novos desafios para a Igreja.



Diferenciação, Diálogo, Corresponsabilidade e Decisão

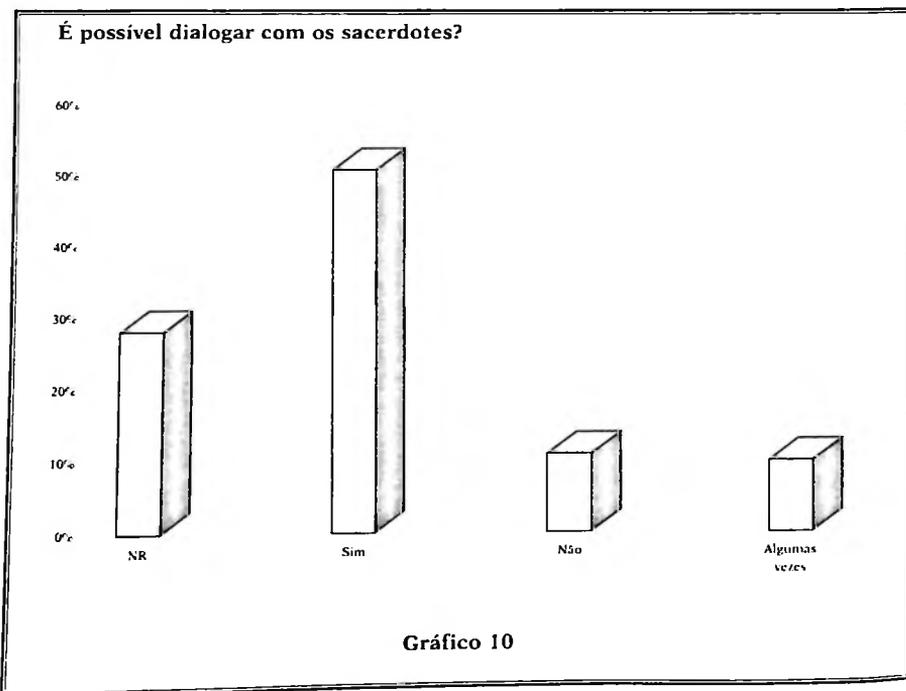
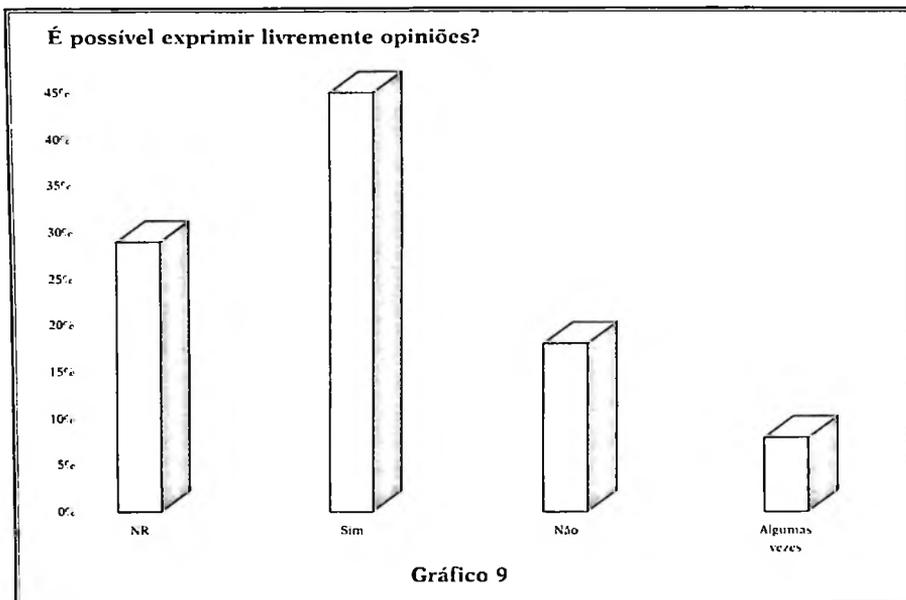
A primeira grande conclusão que se pode tirar dos resultados deste inquérito, a partir dos dados fornecidos pelos gráficos números 9, 10, 11 e 12, no que se refere ao espaço de diálogo e de decisão no interior da Igreja ao nível paroquial, é que um número elevado de inquiridos, considera ser possível: exprimir as suas opiniões 45 %, dialogar com sacerdotes 51 %; decidir conjuntamente sobre iniciativas a tomar 40 %; discutir sobre problemas da actualidade 46 %.

Em qualquer dos casos, estas opiniões são unânimes, a relação seja a favor dos homens ou das mulheres com mais de 60 anos. Convém porém ter em conta que as pessoas destes escalões etários viveram parte da sua vida numa época em que em termos de expressão dos leigos, e com maior força de razão para as mulheres, o seu espaço de intervenção no interior da Igreja era reduzido. Quando esta prática existia ela era mais apanágio dos homens. Não é pois de estranhar este tipo de apreciação.

No atinente ao diálogo com os sacerdotes é interessante verificar serem os jovens entre os 15-19 anos e as pessoas com mais de 50 anos os que mais manifestaram esta opinião. Se tivermos em conta que nesta amostragem é exactamente nestes grupos etários que se manifesta um maior empenhamento em actividades paroquiais, litúrgicas e sócio-caritativas, apercebemo-nos que há uma correlação entre este tipo de opinião e uma prática de relações inter-pessoais entre estes diferentes actores. Compreende-se, assim, que, num quadro destes, aparecem maiores probabilidades de diálogo entre o sacerdote e os leigos que mais de perto colaboram entre si.

Em termos de escolarização é importante ter em conta que a população mais jovem aqui inquirida, sendo a que mais manifesta dialogar com o sacerdote, é a que vai acedendo cada vez mais a níveis de escolarização mais elevados. Não é pois de estranhar que haja mais capacidade de diálogo entre estes diferentes interlocutores. Convém também lembrar que, já em tempos passados, o sacerdote, com a professora primária, eram na maioria dos meios rurais, os principais interlocutores de cultura erudita junto dos camponeses. Isto confere-lhe um certo ascendente tradicional que conjugado com as diversas aberturas sociais e eclesiais deixa aberto o caminho para o diálogo.

Outro indício das condições que têm favorecido esta capacidade de diálogo, apesar da diferenciação de funções: sacerdote-leigos, prende-se com uma evidência teórico-empírica e que tem origem no Concílio Vaticano II. Esta exigência está bem explícita na Constituição *Gaudium et Spes* que não deixou de fomentar a abertura da Igreja ao mundo, diríamos, neste caso, do sacerdote aos seus paroquianos. Ora, à medida que há maior abertura entre as pessoas, aumentam também as probabilidades de diálogo. De facto a realidade mostra que quanto mais as pessoas se conhecem mais elas se reconhecem, mesmo com as suas diferenciações e que mais aptas estarão, portanto, para prosseguir uma acção conjunta. Isto constitui uma aspiração da parte dos que responderam a estes inquéritos, pois não escondem o seu desejo de ver maior disponibilidade do sacerdote, em particular, e, em geral, mais abertura e aproximação entre a Igreja e as pessoas.



É possível decidir conjuntamente sobre iniciativas a tomar?

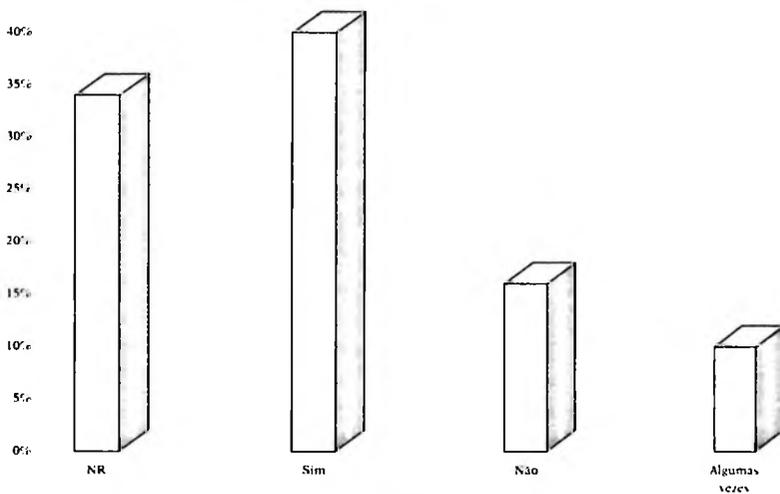


Gráfico 11

É possível discutir problemas da actualidade?

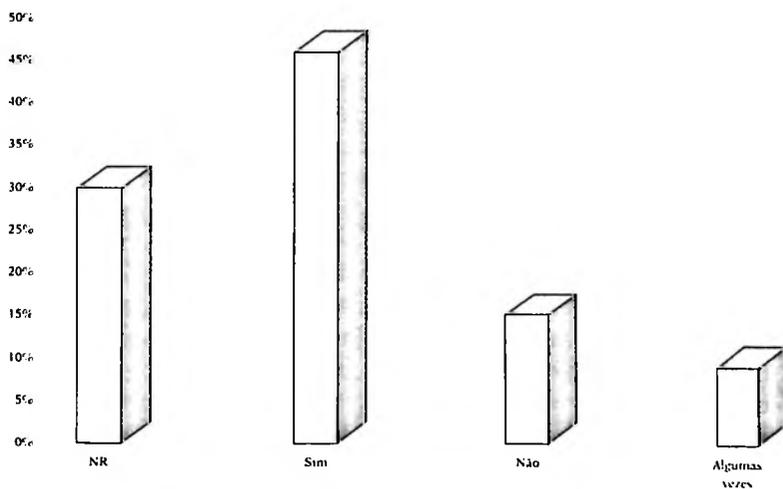


Gráfico 12

Conclusão

Perante a crescente complexidade das sociedades dos nossos dias e da relação destas com a religião e a Igreja, não é de estranhar que o mundo reelabore um novo olhar sobre as mesmas. Ao invés, de uma perspectiva da *religião como olhar panóptico sobre a sociedade* na perspectiva de Salazar (M. Martins, 1990, 35), procurou-se, agora, em época sinodal na diocese de Braga, captar os diversos olhares da sociedade envolvente sobre a religião e a Igreja.

Do conjunto de dados recolhidos pelos inquéritos **Tem a Palavra e Inquérito aos Leigos**, que fundamentam este trabalho, é possível tirar um corolário, segundo o qual, grande abertura deve ser dada, no quadro da reflexão sinodal, à nova realidade social, cultural e religiosa da diocese, inserida num contexto mais vasto, de âmbito nacional e internacional. De facto, hoje, ninguém está mais ao abrigo das influências externas e da dinâmica interna que se instaurou na sociedade portuguesa. Isto incide em todos os domínios da vida económica, social, cultural e religiosa a que não são alheios os resultados dos inquéritos levados a cabo.

Ao nível das estruturas religiosas, tanto em relação à Paróquia como ao Arciprestado e à Diocese, os resultados apontam no sentido da necessidade de maior abertura e diálogo com a realidade social e cultural, mais empenhamento e participação dos cristãos nestas diversas instâncias, maior investimento na Evangelização e mais corresponsabilidade entre os diversos membros da Igreja.

Globalmente aquilo que caracteriza a religião católica, a partir deste trabalho, é algo diferente do passado enquanto fenómeno das práticas rituais e da adesão colectiva. Não tendo, actualmente, na diocese de Braga, como aliás noutros lados, o impacto de outros tempos, esta não deixa, no entanto, de suscitar interesses e posições diferenciadas nos diversos grupos e actores sociais. Ao longo deste trabalho, pudemos verificar que as pessoas são hoje portadoras de outras preocupações, questões, aspirações, representações sociais e procuras de sentido que abarcam os mais variados aspectos da existência.

Os resultados obtidos interrogam a Igreja, em si própria e na sua relação com as pessoas e a sociedade, de uma maneira muito directa. Afinal, a questão fundamental, que emerge daqui, é saber se num mundo, cada vez mais assolado por uma vasta teia de problemas económicos, sociais e culturais e onde, ao mesmo tempo, abundam as produções e as procuras de sentido para a existência, ainda que por vezes vago e

fragmentado, a Igreja contém, em si, uma capacidade renovadora para responder às exigências do mundo hodierno, na realidade concreta em que está inserida. Eis, pois, um desafio para o quadragésimo Sínodo Diocesano da arquidiocese de Braga.

Bibliografia

- ALMEIDA, A. de e DORES GUERREIRO, M., «A família», in FRANÇA L. (org.), *Portugal, Valores europeus, Identidade cultural*, Lisboa, IED
- ARRISCADO NUNES, J., 1995, «As solidariedades primárias e os limites da Sociedade-Providência», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 42, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, pp. 5-25
- BALANDIER, G., 1985, *Le Détour. Pouvoir et modernité*, Paris, Fayard
- BALANDIER, G., 1988, *Le Désordre*, Paris, Fayard
- BALANDIER, G., 1994, *Le Dédale. Pour en finir avec le XX^e siècle*, Paris, Fayard
- BARBOSA, A., 1987, «Educação para a saúde: determinação individual ou social», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 23, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, pp. 169-184
- CONCILIO ECUMÉNICO VATICANO II, 1976, Braga, Secretariado Nacional do Apostolado de Oração
- DESROCHE, H., 1984, *Sociologias religiosas*, Porto, Res
- DONZELOT, J., 1977, *La Police des Familles*, Paris, Éd. de Minuit
- DURKHEIM, E., 1975, *Textes, fonctions sociales et institutions*, Paris, Ed. de Minuit
- DURKHEIM, E., 1978, *La division du travail sociale*, Paris, PUF
- DURKHEIM, E., 1985, *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, PUF
- DUVIGNAUD, J., 1986, *La solidarité. Liens de sang et liens de raison*, Paris, Fayard
- FOUCAULT, M., 1975, *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard.
- GUILLAUME, P., 1936, *La formation des habitudes*, Paris, Alcan
- HERVIEU-LEGER, D., 1986, *Vers un nouveau christianisme*, Paris, CERF
- ISAMBERT, F., 1982, *Le sens du sacré, fête et religion populaire*, Paris, Ed. de Minuit
- LE BRAS, G., 1955, *Étude de sociologie religieuse*, T. I, Paris, PUF
- LE BRAS, G., 1956, *Sociologie religieuse des campagnes françaises. De la morphologie à la typologie*, T. II, Paris, PUF

- LE PLAY, F., 1875, *L'organisation de la famille*, Tours, Mame
- MARTINS, M., 1990, *O olho de Deus no discurso de Salazar*, Porto, Ed. Afrontamento
- MEMMI, A., 1979, *La dépendance*, Paris, Gallimard
- PARSONS, T. e BALLEES, R., 1955, *Family, Socialization and Interactions Process*, Glencoe, Free Press
- RIESMAN, D., 1964, *La foule solitaire*, Paris, Arthaud
- ROUSSELL, 1989, *La famille incertaine*, Paris, Éd. Odile Jacob
- SARTRE, J.-P., 1986, *Questions de méthode*, Paris, Gallimard
- SILVA J. da, 1987, «As festas e o homem», in *Communion*, Revista Internacional Católica, n.º 1, Jan.-Fev., Ano IV, Braga
- SIMMEL, G., 1991, *Sociologie et épistémologie*, Paris, PUF
- SINGLY, F. (sous-direction), 1992, *La famille. L'état des savoirs*, Paris, Éd. La Découverte
- SOUSA SANTOS, B., 1994, *Pela mão da Alice*, Porto, Ed. Afrontamento
- THOMAS, L.-V., 1991, *La mort en question. Traces de mort, mort des traces*, Paris, L'Harmattan.
- THOMAS, L.-V., 1984, *Fantasmes au quotidien*, Paris, Méridiens
- WEBER, M., 1964, *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, Paris, Plon.